



381ª SESSÃO ORDINÁRIA – XVII LEGISLATURA

Data: 21/11/2019

Início: 8h30

Término: 12h13

PRESIDENTE FLAVIO CASSINA (PTB): Bom dia a todos. Obrigado pelas presenças. São bem-vindos entre nós. Nós vamos então dar início ao nosso trabalho normal. Invocando a proteção de Deus, declaramos abertos os trabalhos da presente sessão. Solicito aos vereadores que registrem as suas presenças no terminal eletrônico e também no livro de presenças. (Pausa) Solicito ao 1º secretário que faça a leitura da nominata dos vereadores que compõem a XVII Legislatura e também anuncie os vereadores inscritos no Grande Expediente de hoje.

VEREADOR EDSON DA ROSA (MDB): Bom dia. Bom dia a todos que nos assistem pela TV Câmara, canal 16; pelas redes sociais; especialmente quem nos prestigia com sua presença hoje pela manhã. Atendendo sua solicitação, senhor presidente, vereadores que compõem a atual legislatura: o senhor, como presidente, Flavio Cassina; Mesa Diretora composta pela vereadora Paula Ioris, Ricardo Daneluz, Edson da Rosa e Alberto Meneguzzi. E os vereadores: Adiló Didomenico, Alceu Thomé, Arlindo Bandeira, Clair de Lima Girardi¹, Denise Pessôa, Edí Carlos, Elói Frizzo, Elisandro Fiuza, Felipe Gremelmaier, Gladis Frizzo, Gustavo Toigo, Paulo Périco, Rafael Bueno, Renato Nunes, Renato Oliveira, Rodrigo Beltrão, Tatiane Frizzo e Velocino Uez. Vereadores que utilizarão o espaço do Grande Expediente na manhã de hoje: Alceu Thomé e Felipe Gremelmaier. Essa é a leitura, senhor presidente.

PRESIDENTE FLAVIO CASSINA (PTB): Obrigado. Passemos ao espaço das

PEQUENAS COMUNICAÇÕES

pelo tempo de dez minutos para apresentação de votos de pesar, de louvor ou de congratulações. A palavra está à disposição das senhoras e senhores vereadores. Não havendo nenhum pronunciamento e também nenhum voto a ser apreciado, está encerrado o espaço das Pequenas Comunicações. Conforme acordo de lideranças, a sessão ordinária abre espaço de cinco minutos para Anderson Borges, representante do Grêmio Estudantil Cristóvão de Mendoza, para falar sobre a greve dos professores estaduais. Solicito ao 1º secretário que faça a leitura do acordo entre as lideranças. (Pronunciamento do Sr. Anderson Borges)² Temos mais um acordo de lideranças. (Pronunciamento do Sra. Shirlei Omizzolo, representante do Observatório Social de Caxias do Sul, conforme acordo de lideranças.)³ Obrigado, Shirlei, obrigado Observatório. Obrigado, Marcelo. Passemos ao

GRANDE EXPEDIENTE

O primeiro inscrito é o vereador Alceu João Thomé.

VEREADOR ALCEU THOMÉ (PTB): Senhor presidente, eu cedo o meu espaço ao vereador Adiló Didomenico.

PRESIDENTE FLAVIO CASSINA (PTB): Por cedência vai ocupar a tribuna, vereador Adiló Didomenico.

VEREADOR RAFAEL BUENO (PDT): Uma Declaração de Líder à bancada do PDT, presidente.

¹ Vereador Kiko Girardi

² Jaqueline Carneiro (registro e conferência)

³ Leandro Ribas (registro e conferência)



VEREADOR ADILÓ DIDOMENICO (PTB): Senhor presidente, senhoras e senhores vereadores, pessoal que nos acompanha através da TV Câmara, as redes sociais, especialmente aqui no plenário a esses alunos e professores que nos visitam hoje sejam todos muito bem-vindos. Antes de entrar no assunto, quero agradecer ao vereador Thomé pela cedência do espaço. Dizer a esses alunos que podem ter certeza que nós estamos juntos acompanhando. Esse é o papel do jovem, esse é o papel de fazer esta luta, juntamente com o vereador Elói Frizzo, nós fizemos parte da luta estudantil nos anos duros, nos anos de chumbo 74 a 79, 80, no período da ditadura onde nós não tínhamos a liberdade que vocês têm hoje e assim mesmo travamos lutas muito fortes em defesa dos interesses dos estudantes. Vocês estão exercendo hoje o seu legítimo⁴ direito e cumprimento por isso. Jovem que não tem esse tipo de iniciativa não é jovem, não adianta. Tem que ter esse pique, esse sangue nos olhos, essa vontade talvez um pouco incendiária no começo, com o passar dos anos vocês vão se alistar nos Bombeiros. Assim é a vida, mas é importante. Agora, uma coisa eu quero dizer, eu não vi nenhuma fala, neste momento, eu tenho conversado com os deputados, ontem estivemos em Porto Alegre procurando alguns deputados por essa luta legítima dos professores e de vocês, mas o Cpers não está colaborando e eu não vi nenhuma manifestação dos senhores em chamar o Cpers para o diálogo para ajudar a resolver esse impasse. Tem questões aí técnicas que precisam a boa vontade do Cpers. O Cpers está, nesse momento, muito encastelado, muito talvez contaminado política partidária e isso não é bom para o processo. Então deixamos esse alerta, mas conte conosco, tenha a certeza... E a bancada do PTB, através do seu presidente da Assembleia, já pediu para o governador cuidar que remédio muito forte às vezes pode matar o paciente ao invés de curar. Dito isso, eu quero entrar no tema que me traz hoje a preocupação, aproveitando o espaço do vereador Thomé, que é o projeto que quinta-feira vem para derrubada do veto total do senhor prefeito que é o projeto dos alvarás e que muitos de vocês, jovens, estão aguardando uma oportunidade de emprego e nós estamos assistindo uma administração que inicialmente administrava de costas para a sociedade. Hoje nem se quer de costas porque não tem mais diálogo, não houve o clamor das ruas. Nós fizemos um projeto que foi aprovado por esta Casa, foi derrubado o veto e o Executivo preferiu buscar uma ADIN, uma liminar e trancou, que era a flexibilização dos alvarás para que as empresas possam se estabelecer em Caxias. Existe um número enorme de imóveis para serem alugados e que por um motivo ou outro não estão tendo autorização do alvará, ou porque foram construídos por categoria diferente, ou porque estão em bairros que ainda não tem a regularização fundiária e que são muitos loteamentos, em Caxias do Sul. Nós estamos, então, acompanhando o veto onde o Executivo preferiu, da forma muito simples, dizer que um projeto similar a esse foi vetado anteriormente, que não foram consideradas questões de segurança como os aspectos de prevenção de incêndio, acessibilidade e demais exigências sanitárias. Ora, esta alegação é de alguém que não leu o projeto porque o projeto do vereador Uez e deste vereador diz o seguinte, que ausência da carta Habite-se não obsta para fornecimento do alvará de licença...

VEREADOR ELÓI FRIZZO (PSB): Uma Declaração de Líder após, senhor presidente.

VEREADOR ADILÓ DIDOMENICO (PTB): Para empresas já consolidadas, que possuam alvará de licença e busquem a sua renovação sem alterar a razão social. Nos casos em que a edificação não possua carta Habite-se deverá ser apresentado junto a municipalidade laudo técnico que ateste que a referida pode ser habitada e laudo de PPCI do Corpo de Bombeiros. Puxa vida, aí tu olha no veto: *Não foram*

⁴ Vera Rassier (registro e conferência)



consideradas questões de segurança como espectros de prevenção de incêndio e acessibilidade. Tchê, mas o projeto é muito claro, ele pede um laudo técnico e o PPCI dos Bombeiros. Quem é que pode atestar se o imóvel... Pode ser mais do que esses dois documentos? Também respeita a lei das águas, respeita as encostas, locais de difícil... Que não estejam ainda contemplados...

VEREADOR VELOCINO UEZ (PDT): Pequeno aparte, vereador.

VEREADOR RICARDO DANELUZ (PDT): Peço um aparte, vereador.

VEREADOR ADILÓ DIDOMENICO (PTB): *Exclui-se da liberação do alvará provisório estabelecimento cuja edificação esteja localizada em áreas de risco.* Também estão excluídas zonas das águas, respeitando a legislação do Samae. Ou seja, foram tomados todos os cuidados para corrigir aquilo que havia sido apontado no primeiro projeto, foi corrigido e aí simplesmente tu leva um veto total. Dia 24 de junho foi feita uma audiência pública aqui onde a secretária⁵ Mirangela se comprometeu a mandar dois projetos de lei até final de agosto destravando essa questão. Não veio nada até esta Casa. O secretário Emílio estava presente. Então eu faço um desafio ao secretário Emílio. Em vez de ficar criticando os vereadores, que aceite o convite deste vereador para nós darmos uma caminhada, visitarmos as principais imobiliárias e os principais escritórios de contabilidade para sentir deles a dificuldade, o entrave e o travamento que está a nossa cidade. Seu aparte, vereador Velocino.

VEREADOR VELOCINO UEZ (PDT): Vereador Adiló, o senhor explicou muito bem. A pessoa que vetou novamente não se deu ao trabalho de ler o quê, no segundo projeto que nós protocolamos, foi enfim ali colocado. Justamente aquilo que a justiça pediu que tinha, enfim, discordância. Naquele momento, a justiça usou daquele critério da obra do Andreazza, próximo à antiga Gedoz. Mas lá não estava se discutindo um alvará, lá estava em fase de construção. A gente acrescentou no projeto justamente aquilo que a justiça usou, contemplava no projeto. Então esse secretário que talvez não conhece. Ontem, eu e o vereador Cassina, depois na fala do Rafael vou falar mais rapidamente, fomos para Ipê. Que esses secretários vão até Flores da Cunha ver o que está acontecendo de empresas construindo para o lado de Flores da Cunha para pegar como modelo. Vão lá ver o que Flores da Cunha tem de diferente de Caxias. Vão lá ver se uma cantina de 1950, que agora quer mudar o seu contrato social, vai cair agora, de 1950, de pedra, nunca caiu. Vão copiar o modelo de Flores da Cunha para ver. Vão aprender um pouco ali, se não tem conhecimento, não se dá o capricho de ler um projeto. Era isso, senhor vereador.

VEREADOR ADILÓ DIDOMENICO (PTB): Obrigado, vereador. Já concedo aparte, vereador Ricardo. Mas antes só dizer que a Shirlei mostrou aqui um pequeno número de empresas que participam das licitações. O senhor sabe por que elas não participam? Porque elas não têm alvará em dia, porque elas não conseguem licença ambiental. Então as empresas de Caxias, por causa de uma burocracia estúpida da administração, que é isso que eu desafio o secretário Emílio Andreazza a dar uma olhada, porque ele se diz secretário do Desenvolvimento. E aí eu sou obrigado a concordar com o vereador Périco: subdesenvolvimento. É ver por que essas empresas não estão participando das licitações. Seu aparte, vereador Ricardo.

VEREADOR RICARDO DANELUZ (PDT): Vereador Adiló, dentre todas as questões do desserviço que vem prestando o prefeito Daniel Guerra, essa dos alvarás eu considero uma das piores. Porque Caxias do Sul hoje, se tivesse o título estadual da pior cidade para se empreender, eu não tenho dúvida que Caxias do Sul seria premiada. Então uma cidade que era conhecida pelo empreendedorismo, pela pujança,

⁵ Leandro Ribas (registro e conferência)



hoje é totalmente ao contrário. E se passarmos nos mais variados lugares da cidade, só vamos encontrar placas de aluga-se, vende-se. E os outros municípios a nossa volta, a exemplo de Flores da Cunha, Farroupilha, São Marcos, rindo à toa de nós e levando suas empresas. Então que tenham um pouquinho de consciência, que não vai ter o prefeito evidentemente. Mas lhe parabênizo por toda a tentativa. Um belo projeto como esse deveria ser enaltecido pelo prefeito e não da forma como foi feito. Obrigado.

VEREADOR ADILÓ DIDOMENICO (PTB): Obrigado, vereador Daneluz. (Esgotado o tempo regimental.) Só para encerrar. (Manifestação nas galerias)

PRESIDENTE FLAVIO CASSINA (PTB): Para concluir, vereador Adiló.

VEREADOR ADILÓ DIDOMENICO (PTB): Senhor presidente, só para concluir. Eu quero dizer que trouxemos esse assunto hoje para que os vereadores reflitam sobre o momento que estamos vivendo. Porque, quinta-feira, vem para plenário a derrubada desse veto do perfeito. A gente vai debater⁶ mais, mas, enquanto isso, também dizer ao secretário Emílio, à secretária Mirângela, mas acima de tudo ao prefeito, dizer que, se buscar uma ADIN, nesse caso aqui nós vamos lutar também pelos nossos direitos, que é o direito da sociedade de desenvolver a cidade de buscar o emprego, que se estabeleça. E para isso nós já estamos com a ata da audiência pública na mão, tem a entrevista do presidente da CIC, tem o editorial da RBS de hoje. Puxa vida, o que mais que falta para abrir os olhos, ou será que nessa Administração de hoje ninguém tem a responsabilidade de analisar o que está acontecendo em nossa cidade? Muito obrigado, senhor presidente.

PRESIDENTE FLÁVIO CASSINA (PTB): Próximo inscrito, vereador Felipe Gremelmaier.

VEREADOR FELIPE GREMELMAIER (MDB): Senhor presidente, senhoras vereadoras, senhores vereadores, primeiramente fazer uma saudação especial a todos os estudantes e professores que aqui estão, tenho certeza de que essa mobilização é extremamente importante, e vocês tenham certeza de que as bancadas aqui da Câmara têm o dever sim de consultar os seus deputados, conversar com eles e levar as suas reivindicações. E é o que a bancada do MDB, através do vereador Edson da Rosa, do vereador Paulo Périco e da vereadora Gladis Frizzo, tem feito em vários assuntos, inclusive sobre esse em específico. Um dos assuntos, que era com relação às emendas parlamentares, nós nos posicionamos contra aqui, a bancada do MDB foi contra o recebimento das emendas parlamentares, independentemente de estar no governo ou não, tanto é que os deputados do MDB abriram mão das emendas parlamentares. Esse assunto da educação é um assunto extremamente sério, e a gente já tem feito contato sim com o nosso deputado estadual aqui de Caxias. Senhores vereadores, especialmente os vereadores da comissão do idoso, vereadora Tatiane, vereador Renato Oliveira, vereador Adiló e vereador Velocino Uez, na segunda-feira, nós tivemos este plenário cheio assim como está hoje. E eu faço questão de fazer um apanhado geral dessa mobilização que a gente conseguiu fazer nessa segunda-feira, por toda Comissão, porque é um assunto extremamente importante, relevante, que vem ganhando espaço e vem avançando nos anos últimos sete, oito meses, que é a luta da Comissão do Idoso e de todas as entidades que trabalham a questão do idoso em Caxias do Sul para que Caxias do Sul receba uma delegacia especial de proteção ao idoso, algo que só acontece em duas cidades do estado do Rio Grande do Sul, Porto Alegre e Santa Maria. Na segunda-feira nós tivemos aqui na Câmara uma audiência pública coordenada pela Comissão do Idoso, na qual nós buscamos fazer um debate extremamente propositivo e importante. Compuseram a mesa, representando a Regional da Polícia Civil, a delegada Carla Zanetti, a Tenente

⁶ Jaqueline Carneiro (registro e conferência)



Mileide Ramos, do 12º BPM, a Vanice Zancan, presidente do Conselho Municipal do Idoso, e o ponto principal dessa audiência pública foi para mostrar para toda a comunidade de Caxias do Sul, além de todo o trabalho que vem sendo feito pela Comissão do Idoso na luta pela conquista de uma delegacia especial, mostrar um *case* que funciona, que está dando resultado e que vem apresentando diversos resultados.

VEREADOR ADILÓ DIDOMENICO (PTB): Permite um aparte, vereador?

VEREADOR FELIPE GREMELMAIER (MDB): Inclusive e principalmente com relação à prevenção da violência contra o idoso na grande Porto Alegre. Quando nós começamos a trabalhar essa questão da Delegacia do Idoso, vereadora Tatiane, e nós falávamos da importância regional dela, a delegada Cristiane, que aqui esteve, posicionou isso em virtude de que as cidades do litoral e da grande Porto Alegre procuram a delegacia da capital para dar início, muitas vezes, a esses processos de violência contra os idosos. E a violência não está somente na violência física. E depois de instalada a delegacia, muita coisa começou a aparecer contra a pessoa idosa na grande Porto Alegre, e fala aqui especificamente de Porto Alegre, os mais variados crimes começaram a aparecer, inclusive de cuidadores de idosos, que acabavam casando com esses idosos para ficar com esses seus bens, com o patrimônio, tanto homem quanto mulher, independentemente. Questões de agressão⁷ aos idosos começaram a aparecer em número muito alto, números que não apareciam antigamente nas estatísticas da Polícia Civil, e saltaram de uma maneira absurda nesses anos, em virtude de ter um ponto de referência, ter um local que sirva para receber essa demanda, além de toda a solução dos crimes. Eu tenho certeza, vereador Adiló, que foi um debate extremamente propositivo, extremamente importante e, muito mais do que isso, esclarecedor. Esclarecedor porque ela pontuou, inclusive, os crimes que estão acontecendo neste momento na grande Porto Alegre, inclusive os crimes que acontecem dentro das casas lares de idosos. A Delegacia de Proteção ao Idoso em Porto Alegre neste ano fechou 23 casas na capital. Vinte e três casas foram fechadas, onde aconteceram as mais variadas situações, inclusive uma relatada pela delegada aqui de uma dessas casas, e virou notícia Estadual isso, os proprietários da casa tinham controle do cartão de crédito da usuária e gastaram R\$ 186.000,00 dessa pessoa. Investiram no local e nas suas próprias casas. Então, tudo isso foi desvendado, e alguns outros. O conto do bilhete, que é algo comum aqui na nossa região, a gente vê notícia toda semana com relação ao conto do bilhete, principalmente nas rádios de Caxias. O Vereador Alberto trabalhou na rádio muito tempo sabe o quanto isso o quanto isso acontece na região E aí esse assunto, o golpe do motoboy, o golpe do soldado, situações que acontecem aqui... (Manifestação da plateia)⁸ (Pausa)

PRESIDENTE FLÁVIO CASSINA (PTB): Eu peço a compreensão de vocês, nós temos aqui... (Manifestação da plateia) A sessão está suspensa. Retomados os trabalhos. Peço a compreensão de todos. Nós temos um ritual, uma pauta a ser seguida e previamente elaborada. Eu peço que o vereador, 1º secretário, explique como é que funciona o nosso ritual. Não custa a gente repetir, porque nem todos ouviram.

VEREADOR EDSON DA ROSA (PMDB): Pois não, senhor presidente, atendendo vossa solicitação explicar a todos os estudantes e a quem está nos assistindo pela TV Câmara que as sessões ordinárias elas têm uma primeira parte que vocês ouviram que são as Pequenas Comunicações que tem dez minutos. Depois previamente definido desde o início do ano, os vereadores que hoje estão falando da tribuna, que

⁷ Edivania Ramos (Registro e conferência)

⁸ Jaqueline Carneiro (registro), Edivania Ramos (conferência)



nas quintas-feiras são dois, faz um ano que eles estão inscritos. E aí o tema, o vereador se prepara para vir falar como o vereador Felipe Gremelmaier está falando agora sobre a Comissão do Idoso e sobre os acontecimentos. Após isso, terão as Declarações de Líder, acho que vocês já ouviram alguns vereadores pediram no microfone para o presidente. Então depois dos assuntos previamente definidos certamente essa pauta da educação virá para atender à solicitação que foi feita. Como também antes dos projetos, porque daí nós temos a Ordem do Dia, aí é outra coisa, é outra situação, tanto, quanto, isso é feito pelo Regimento como o acordo de lideranças que foi concedido a vocês e que também foi falado com todas as bancadas. Então existe um Regimento que nós temos que cumprir. Peço um pouco de paciência a todos, senhor presidente, tenho certeza que a demanda vinda aqui vai ser bem falada. Muito obrigado.

PRESIDENTE FLAVIO CASSINA (PTB): Ok. Peço que o vereador Felipe continue com o seu pronunciamento.

VEREADOR ARLINDO BANDEIRA (PP): Senhor presidente, após o vereador Frizzo, eu peço uma Declaração de Líder da bancada do PP.

VEREADOR FELIPE GREMELMAIER (MDB): Muito obrigado, senhor presidente. Acho extremamente importante este momento de conversa, de diálogo até para esclarecer os jovens que aqui estão e é importante isso. Falei com alguns. É importante o movimento, é importante entenderem como funciona, isso é extremamente salutar. Não vejo nenhum problema no que está acontecendo.

VEREADORA PAULA IORIS (PSDB): Declaração de Líder.

VEREADOR FELIPE GREMELMAIER (MDB): Vereador Adiló, seu aparte.

VEREADORA GLADIS FRIZZO (MDB): Declaração de Líder ao MDB.

VEREADOR ADILÓ DIDOMENICO (PTB): Obrigado, vereador Felipe. Apenas responder aos jovens com todo o respeito e carinho que tratamos do assunto do alvará, que é a geração de emprego, justamente preocupados com⁹ vocês, porque o que estão fazendo com a nossa cidade é botando vocês no olho da rua, negando a oportunidade de trabalho, trancando as empresas, mandando elas embora. Mas, vereador Felipe, eu lhe cumprimento pelo tema e dizer também aos jovens que ontem nós tínhamos uma audiência com o governador Eduardo Leite onde levamos a preocupação minha e da vereadora Paula com relação a greve, com relação a esse movimento que a gente entende justo, legítimo, e aí ouvimos a dificuldade que está hoje de diálogo com o Cpers. E aproveitamos também porque a minha pauta com o governador era a Portaria nº 146, em defesa dos açougues, dos pequenos mercados, e também ressaltamos o trabalho da sua comissão, liderada por V. Exa., e pedimos o apoio do governador na abertura da delegacia do idoso, em Caxias, e se possível que seja incluída a delegacia do consumidor também. Então V. Exa. está liderando um projeto que nós entendemos válido, importante e necessário para Caxias e ontem levamos ao conhecimento do governador a vossa luta, a luta da comissão da qual faço parte, inclusive que já está protocolado o pedido de abertura dessa delegacia em Caxias. Obrigado pelo aparte.

VEREADOR FELIPE GREMELMAIER (PMDB): Muito obrigado, vereador Adiló. Tenho que fazer justiça, o vice-governador e secretário estadual de Segurança, o Ranolfo, nos recebeu três vezes já para trabalhar essa pauta neste ano. Tem sido muito atencioso e está aguardando alguns números aqui de Caxias do Sul para posicionar, possivelmente até a metade do ano que vem, sobre a possibilidade dessa conquista para Caxias do Sul e para região tenho certeza. Se Porto Alegre atinge o litoral e toda Grande Porto Alegre, Caxias do Sul vai atender também toda a nossa região. Então esses são alguns números que

⁹ Vera Rassier (registro e conferência)



acabaram explodindo em Porto Alegre depois da instituição da delegacia e principalmente pelo trabalho feito nos últimos dez meses com a delegada Cristiane, onde mais de 17 mil registros de vítimas idosas no ano passado e só no primeiro semestre deste ano quase 9 mil registros de pessoas em virtude dos mais variados fatos que aconteceram com idosos, inclusive estupros de idosos de 99 anos foram relatados nesses registros na Grande Porto Alegre. Então a gente tem essa preocupação, sabe o quanto a cidade envelhece, envelhece com qualidade de vida e o quanto isso vai ser necessário para trabalhar a questão da prevenção. Para concluir, senhor presidente, fazer aqui um agradecimento também a todas as entidades que foram procuradas pela Comissão do Idoso, principalmente as prefeituras próximas aqui, os prefeitos que nos receberam, os secretários municipais, vereadores, Parlamento Regional, a Delegacia Regional da Polícia Civil, o 12ºBM que já sinalizou inclusive com a criação da patrulha do idoso assim que instalada a delegacia aqui em Caxias do Sul, que vai auxiliar, e muito, na questão de prevenção e em acelerar esses processos todos. Então tenho certeza que o trabalho vai andando, vai andando bem com todo esse apoio que nós temos aí, inclusive da Amesne, e das mais variadas associações da cidade e da região. E a gente segue na luta, avança, tenho certeza que vamos fazer uma conquista muito grande para Caxias do Sul através de todos os órgãos e toda rede de proteção ao idoso aqui na cidade. Então nesse momento quero agradecer muito aos vereadores da comissão pela oportunidade, pelo trabalho e ficar e deixar a nossa comissão a disposição para que a gente possa seguir nessa luta. Muito obrigado e até a próxima, senhor presidente.

PRESIDENTE FLAVIO CASSINA (PTB): Uma Declaração de Líder solicitada pela bancada do PDT. Com a palavra o vereador Rafael Bueno.

VEREADOR RAFAEL BUENO (PDT): Senhor presidente, vereadores aqui presentes, quem nos acompanha através da sua residência, mas principalmente uma saudação a todos os estudantes, professores e professoras aqui presentes na manhã de hoje. A voz desses estudantes, vereadora Paula Ioris, a senhora que é representante do Eduardo Leite aqui na serra gaúcha, e o senhor, vereador Adiló, enquanto o vice-governador é do seu partido, e o senhor enquanto primeiro suplente a deputado estadual, estou há mais de um mês me manifestando, todas as sessões, sobre esse tema aqui na tribuna. Não por eu ser um professor e por ter interesse direto nesse tema, mas por ser um estudante e conhecer a realidade das salas de aula. Tanto é que nós fizemos uma moção que muitos se negaram a assinar essa moção... Eu, a vereadora Denise, o vereador Renato e mais seis vereadores assinamos a moção de apoio aos professores. Vereador Elói Frizzo, os estudantes não gostariam de estar aqui gritando, ecoando a sua angústia, a sua aflição aqui na Câmara de Vereadores, eles gostariam de estar na sala de aula. Na sala de aula com infraestrutura de qualidade. Eles gostariam¹⁰ de estar vendo os professores deles com salários em dia, e não a 47 meses com salário parcelado. E aí eu falei que eles queriam respostas, e os estudantes estão aqui. Quando o Anderson solicitou a tribuna, e eu colhi assinaturas dos colegas vereadores, eu não imaginei que viriam de outras escolas, professores de outras escolas. Eu faço e já fiz por várias oportunidades aqui, colegas vereadores e estudantes. É bom a gente saber também que não é um problema agora do Eduardo Leite. Quando o Brizola, há 60 anos, construiu mais de 6 mil escolas por todo o Estado, muitos políticos debocharam dele. Ele foi perseguido. Hoje ele podia estar ocupando a presidência do Brasil.

VEREADOR VELOCINO UEZ (PDT): Um pequeno aparte, vereador.

¹⁰ Leandro Ribas (registro e conferência)



VEREADOR GUSTAVO TOIGO (PDT): Um aparte, vereador.

VEREADOR RAFAEL BUENO (PDT): Mas infelizmente a história o matou, a angústia. Políticos fizeram que ele entrasse numa grande depressão e que viesse a óbito. E aí nós passamos por uma lei, a lei de 1974, Lei 6.672, que criou o plano de carreira dos professores. Um dos primeiros estados do Brasil que serviu de modelo para os demais foi o Rio Grande do Sul. Aí nós passamos, lá na década de 80, em 1985, por uma das maiores greves, uma greve de 60 dias, que garantiu 13º para os nossos professores, para o magistério. E aí, colegas vereadores, nós tivemos, em 1987, vereador Périco, o senhor que foi coordenador da CRE, a maior greve da América Latina organizada, a maior massa de professores na rua. Foi quando o ex-governador, que um ano antes avalizou o projeto de lei que garantia dois salários mínimos e meio para os professores, não cumpriu com a promessa. Que era o governador Pedro Simon. Aí nós passamos também por um período anterior ali a Jair Soares, que teve outras greves, enfim. Nós tivemos o governo da Ieda, que tentou esse mesmo pacote, pacote do PSDB. Só que era véspera de eleição e não conseguiu apoio na Assembleia. Nós tivemos o governador Tarso Genro, que eu fui para rua pedir voto para ele, porque ele foi ministro da Educação e prometeu pagar o piso nacional dos professores. Os meus colegas professores aqui sabem disso. Prometeu pagar o piso dos professores. Ele colocou enquanto ministro da Educação. Prometeu reformar 1.021 escolas, não reformou nenhuma. Inclusive o Cristóvão de Mendoza, que hoje está interditado. E aí não se reelegeu com a promessa de pagar. Quem se elegeu governador? José Ivo Sartori. Começou o parcelamento dos professores. Eu lembro muito bem de um debate. E vocês, jovens, que são futuros eleitores ano que vem têm que estar conscientes, porque tem muitos que vem com voz mansa, que prometem tudo. Senta numa cadeira, toca um pagodezinho, um samba, pegam as crianças no colo, sabe? Botam ex-professor a falar, a família. Faz todo um teatro, e são iludidos, e são iludidos. Eu lembro num debate, nos últimos debates, que o Eduardo Leite disse para o Sartori que tinha que tirar a bunda da cadeira. E não fiz campanha para o Sartori. Votei no Jairo Jorge, do PDT. Eu saúdo também o nosso ex-diretor da escola, Darlan. Se eu estou aqui na tribuna hoje falando, Darlan, é por causa dos teus votos, que tu concorreu a vereador pelo PDT. Ex-diretor aqui do Otão. E aí o Sartori, num debate, ele falou “*parole, parole, parole*”. Lembro muito bem. Todos estão lembrados. Por quê? Porque o governador, então candidato, vereadora Paula Ioris, prometeu. E o compromisso dele era pagar os salários em dia a partir de janeiro de 2020. Era ou não era um compromisso? Era ou não era um compromisso pagar salário? Agora nós estamos no mês 47 de salários parcelados. Ele vai pagar o mês de novembro somente em fevereiro do ano que vem. E aí, quando eu falo isso, colegas vereadores, é porque quando nós fomos, a Comissão de Educação, visitar escolas, era que os estudantes do Olga Maria Kayser, do Cristóvão e de outras escolas vieram aqui. Que no início do ano a gente já sabia que ia acontecer isso, essa maldade contra a categoria. Quando os professores foram retirados das bibliotecas e os novos alunos não podiam mais nem sequer retirar um gibi da biblioteca, porque tiraram os professores da biblioteca. Então a maioria delas está fechada. Então, quando eu falo isso, nós temos que estar atentos também aos nossos deputados aqui do nosso Município de Caxias do Sul, que a grande maioria fez votos. Como o Búrigo, o Pepe Vargas, o Tiago Simon, a Fran Somensi e o deputado Neri. Nós temos que cobrar, lotar a caixa de e-mail desses deputados.¹¹ Mandar mensagens para eles, WhatsApp e cobrar posição desses deputados. A bancada do PDT está comprometida na Assembleia com os professores, vereadora Gládis Frizzo. E aí... Não, vereadora Gládis, a senhora inclusive fez

¹¹ Jaqueline Carneiro (registro e conferência)



campanha para o Tiago Simon e a senhora tem que ter o compromisso de falar com ele. (Manifestação nas galerias.) Como eu, está ali no meu celular, eu apoiei o deputado Luiz Marengo e eu cobrei dele. Ontem ele fez um *live* ao vivo dizendo que vai votar contra esse projeto do Eduardo Leite. Então a gente tem que cobrar em quem a gente votou. Não é só alguém vir aqui fazer voto e depois não ter mais pronunciamento. (Palmas) E aí quando a gente vê, vereador Uez, eu já lhe concedo o aparte, nós estamos vivendo um período de *Black Friday*, de liquidação, de liquidação de móveis, de utensílios, mas o governo do Estado não pode trabalhar com os professores como uma liquidação. Liquidar o salário dos nossos professores. Tratar os nossos professores de forma parcelada, de forma liquidada, sucatear ainda o que já está sucateado. E aí gasta milhões de reais em *marketing*, na mídia, tentando ludibriar a opinião pública para punir ainda mais os professores. Sabe o que eu gostaria, vereadora Paula, que ele gastasse dinheiro? Fazer com que o povo cobrasse e se revoltasse contra os grandes sonegadores que devem para o nosso Estado. Isso o governador não tem coragem de cobrar os grandes empresários, de fazer uma grande cobrança, de fazer uma campanha massiva. E aí então quando a gente vê um polígrafo de cento e poucas páginas falando em regalias. Não tem regalias. São direitos adquiridos por muita luta. Maior greve no país. Maior greve na América Latina foi protagonizada no Rio Grande do Sul por políticos que estiveram... E aqui eu faço um histórico para a gente vê como não é de hoje, mas o Eduardo Leite prometeu e por isso que o povo está indignado com a classe política. As pessoas iludem e aqui a gente vê em Caxias do Sul. Um que iludiu, prometeu construir escola vertical, prometeu reformar escolas, o que a gente vê é cortar mais de mil reais no salário dos professores. Não construiu escola vertical. Mais de cinco mil crianças fora da escola. É tal e qual, inclusive o Guerra fez campanha para o Leite, andou de mão dada com ele. É cara e coroa. Seu aparte, vereador Uez. (Palmas)

VEREADOR VELOCINO UEZ (PDT): Vereador Rafael, jovens, gostaria de falar muito tempo, mas tenho pouco tempo. Eu e presidente Cassina estivemos ontem representando o Parlamento em Ipê, e lá uns dos assuntos foi justamente esse. Enfim, chegaram ao consenso de construir uma moção de contrariedade contra esses cortes. Eu sou um que luto muito pela permanência das escolas principalmente no interior que aqui já foram fechadas sete, imagine vocês qual é o professor que vai querer ir dar aula com corte de benefícios lá no interior? Então está indo no mesmo caminho daqui. Não se dá incentivo, imagine vocês, aquele jovem lá no interior que está lá produzindo alimento para a nossa cidade. Então se chegou em um consenso ontem, uma moção de contrariedade. Teve várias manifestações. Teve manifestações até de apoio que todo mundo tenha que pagar um pouco a conta, eu entendo que começar a pagar a conta de baixo para cima não funciona. Quanto mais se corta na educação, mais tem que lutar por presídio, porque alguém falhou lá atrás. Foi esse o teor da minha fala como caxiense ontem lá. Então era isso. Gostaria de falar muito, mas não temos tempo. Era isso.

VEREADOR RAFAEL BUENO (PDT): Então quero, para concluir aqui, vereador Velocino Uez, vereador Toigo e vereador Ricardo Daneluz. Nós podemos dar a resposta para vocês. Os deputados estaduais do PDT estão contrários, participaram da reunião que o Eduardo Leite chamou os deputados. Nós tivemos representantes e a bancada está unânime e contrária. Então essa é posição da bancada do PDT. Contra o magistério que está sangrando há mais de 40 meses com seus salários que não sabem se podem tirar empréstimo no mês seguinte no Bannisul para pagar seu salário, vereador, mas principalmente com a defasagem de mais de 102% no seu salário e o calote que está sofrendo a educação pública e que



atinge os nossos estudantes e atinge as famílias, mas principalmente os nossos professores que há décadas amargam com o descaso do governo do Estado. Obrigado, presidente. (Palmas)

PRESIDENTE FLAVIO CASSINA (PTB): Uma Declaração de Líder solicitada pela bancada do PSB. Com a palavra o vereador Edio Elói Frizzo.¹²

VEREADOR GUSTAVO TOIGO (PDT): Quando puder, vereador Elói, um pequeno aparte.

VEREADOR ELÓI FRIZZO (PSB): Só para lembrar os bons tempos. Vamos lá, pessoal... (Manifestação da plateia) Obrigado, pessoal, estão me dando uma alegria muito grande. Lá em 1972, quando entrei no Cristóvão, estudando à noite, minha saudação a minha escola, as nossas lutas eram diferentes de vocês agora. Na época nós lutávamos contra os acordos MEC/USAID, lutávamos contra a imposição do ensino profissionalizante à época sem discussão nenhuma e eu fui um dos que entrei diretamente naquela reforma da educação. Lutávamos, as professoras estão aqui, por eleições diretas para as direções. Não se tinha ainda essa questão salarial tão premente. E de lá para cá, sem dúvida nenhuma, a nossa educação foi caindo, caindo, caindo e veja onde nós estamos. Então nesse sentido quero dizer que a bancada do PSB, na Câmara Municipal de Vereadores de Caxias do Sul, está solidária com vocês, está ao lado da luta de vocês. Nós temos pressionado os nossos três deputados na Assembleia Legislativa, eu faço parte da executiva estadual do PSB e nós temos pauta, na executiva estadual do PSB, para fechar a questão contra esse pacote do Eduardo Leite. Então várias câmaras municipais, vários vereadores do PSB, pelo estado inteiro, têm apresentado moções do ponto de vista de se solidarizar com a luta dos professores. Eu quero dizer a vocês que já falei, em outras oportunidades aqui, que está para ser eleito o governador que vai mexer profundamente nos privilégios do Rio Grande do Sul porque o grande problema da folha do Rio Grande do Sul, do pagamento do Rio Grande do Sul, é que a maior parte dos recursos pagos para a folha vão para os privilegiados, vão para nem 20% das grandes categorias, seja da Brigada Militar, do Poder Judiciário, do Tribunal de Contas, da Secretaria da Fazenda. Aí quando se fala em resolver os problemas onde é que se mexe? Se mexe na base, se mexe nos professores, se mexe no soldadinho que ganha, soldado da polícia militar, menos. O mesmo a nível do Poder Judiciário que estiveram aqui também lotando esta Câmara, os servidores da base do Poder Judiciário, onde o dono do tribunal resolveu tirar também direitos daqueles que estão mais abaixo, conquistados a duras penas. Eu acompanhei, eu participei de praticamente todas as greves que aconteceram – ou como vereador, ou como estudante – nesses anos todos, e o histórico que o vereador Rafael faz aqui é um histórico verdadeiro. Eu me sinto também, até na condição de professor, muito machucado pela forma com que se trata a educação no nosso estado. Eu vejo com tristeza um estado que já foi o primeiro em educação no nosso país e hoje já ocupar lugares pelo meio dos nossos estados, com a nossa educação decaindo cada vez mais. Então para aqueles que nos perguntavam qual é o nosso compromisso, o nosso compromisso é lutar contra esse pacote e naquilo que nós pudemos ajudar, tanto eu, quanto o vereador Meneguzzi, quanto o vereador Edi Carlos, nós estaremos pressionando a nossa bancada. Aliás, a minha posição, a nível do estado do Rio Grande do Sul, é que o nosso partido, PSB, inclusive rompa com esse governo porque de fato ele é um “Mãos de Tesoura”. Ele dizia, na eleição, que o problema era um problema de fluxo de caixa, era só um problema de fluxo de caixa, era só administrar o caixa e aí estavam resolvidos os problemas. Não só

¹² Vera Rassier (registro e conferência)



continuou o parcelamento como agora querem meter a mão no plano de carreira dos professores,¹³ conquistado a duras penas. Vereador Meneguzzi.

VEREADOR ALBERTO MENEGUZZI (PSB): Vereador Frizzo, eu compactuo do seu posicionamento, é o posicionamento do PSB. Saúdo os estudantes aqui. Fui aluno de escola pública, da Escola Emílio Meyer, fui presidente do Grêmio Estudantil do Emílio Meyer. E fui, como aluno, enfrentei uma greve, aquela greve que foi citada pelo vereador Rafael de quase 100 dias, em 1987. Esses dias aqui, citei aqui o salário de um professor estadual que diz que caiu na conta dela R\$ 1,15 no dia 29. Um real e 15 centavos! Depois de 20 dias foi caindo o restante: 50, 60, 70, 80. Isso é um desrespeito, é um desrespeito ao trabalho do professor e é um desrespeito ao trabalho do magistério. A média salarial de professor no Estado é 3.023, na área de segurança é 10 mil, na área da Polícia Civil 14 mil, IGP 12 mil, Susepe 10 mil, Brigada Militar 10 mil. Quer dizer, essa é a média do salário de um professor comparado com outras categorias. Não que as outras categorias devam ganhar mal, o professor deveria ganhar mais, deveria ganhar melhor. Então a luta de vocês é a nossa luta também do PSB. Nós não vamos aqui entrar só em questões deste governo ou de outro. E quero me solidarizar, vereador Frizzo, aos professores que são ligados ao Cepers. Eu não vejo problema nenhum de um professor que é ligado ao Cepers ser deste ou daquele partido. O importante é a luta, e o Cepers faz essa luta há muito tempo. Toda vez que faz essa luta ele é acusado de ser partidário. Mas, se não fosse a luta do Cepers, (Palmas) se não fosse a luta do Cepers, a educação, que já está ruim, vereador Frizzo, estaria pior, estaria pior se não fosse a luta do Cepers. Então a minha solidariedade também ao sindicato, que é um dos maiores sindicatos da América Latina. Obrigado. (Palmas)

VEREADOR ELÓI FRIZZO (PSB): Vereador Gustavo.

VEREADOR GUSTAVO TOIGO (PDT): Muito obrigado, vereador Elói. Quando nós vemos neste plenário alunos e professores jovens, emociona muito a gente. Agora nós compreendemos a crise financeira do Estado. Agora o governo precisa realmente enfrentar questões estruturantes do Estado. A retomada da Lei Kandir, cobrar dos sonegadores. Nós temos problemas de dívida ativa. Temos que buscar novas fontes de receita para o Rio Grande poder arrecadar mais. Agora existe uma situação pontual, vereador Elói, que nós não podemos deixar como está, penalizando professores e alunos, e não colocando a educação como prioridade. Eu entendo que a grande luta desta Câmara, e das demais câmaras municipais, é fazer com que, no mínimo, o governo Eduardo Leite retire o regime de urgência desse projeto. Nós precisamos debater, fazer uma construção maior, todo um entendimento. Não se pode votar agora, no apagar das luzes do ano legislativo, no afogadilho, uma matéria tão importante, que vai impactar a educação, a saúde, a segurança, mas principalmente as grandes famílias hoje, que são professores, são os servidores da base. Ou seja, não se enfrenta as questões estruturais do Estado e se opta pelo mais fácil, penalizando aqueles que trabalham ali na ponta. Então, o mínimo que nós temos que fazer, juntamente com os nossos deputados, é a retirada do regime de urgência. Não se vota essa matéria em 30 dias. (Palmas)

VEREADOR ELÓI FRIZZO (PSB): Obrigado, vereador Gustavo. Eu acho que é importante, porque aqui na Casa nós temos discutido, para que todos os nossos alunos entendam, temos discutido essas questões estruturais que hoje têm que ser modificadas no Estado. E o problema principal é não ter nenhum governante que enfrente isso. Não enfrenta porque o seu compromisso é com as elites. Não vai

¹³ Leandro Ribas (registro e conferência)



tirar subsídios das grandes empresas, não vai mexer nos privilégios daqueles que ganham 20, R\$ 30 mil por mês, R\$ 40 mil por mês. Nós temos, só na Brigada, pessoal, e vou comprar briga aqui com os coronéis, mais de 400 brigadianos aposentados com mais de R\$ 20 mil por mês. Então vamos pegar a questão do Poder Judiciário. No Poder Judiciário a média salarial, puxada pelos altos servidores, também jogam isso tudo lá para cima. E aí, quando se pega aqui os dados, que é onde a gente diz o seguinte, que 20% dos servidores do Estado comprometem quase 50% da receita paga na folha, está justificado por que isso acontece e está justificado por que os professores não recebem aumento. Além de ter os seus salários parcelados ainda querem mexer nas suas conquistas. Então essas questões eu quero deixar bem claro para vocês, de que nós somos totalmente solidários. Estou assumindo aqui o compromisso também. Um dos representantes de vocês... Nós não temos oportunidade de votar isso hoje,¹⁴ mas, se o pessoal quiser nos repassar o texto – não é, vereador Rafael? – de uma moção para ser aprovada nesta Casa, colocando a posição clara de voto de cada vereador, eu gostaria muito de subscrevê-la, e tenho certeza de que a minha bancada também. À luta, gurizada.

PRESIDENTE FLAVIO CASSINA (PTB): Uma declaração de líder solicitada pela bancada do PT, com a palavra vereadora Denise Pessôa.

VEREADORA DENISE PESSÔA (PT): Bom dia a todos e a todas, em especial aos estudantes aqui presentes, aos professores, ao CPERS que está aqui, sim, tem representação, Alessandra, a Ana estava aqui. E já de imediato reconhecer o trabalho do CPERS. Aqui alguns vereadores acabam tentando mudar o foco e tentar fazer com que o vilão da história seja o CPERS, mas o vilão da história está no Piratini e é o governador Eduardo Leite. O governador Eduardo Leite não tentou dialogar com o CPERS até apresentar a proposta na Assembleia. Depois que apresentou a proposta, agora quer discutir. Na verdade quer fingir que está construindo coletivamente, quando já apresentou a bomba para ser votada. Se ele quer realmente dialogar, que retire a proposta da Assembleia e procure então o CPERS para dialogar, porque senão é só fazer de conta e não dá, não é? Essa proposta que está na Assembleia é uma proposta que acaba com o plano de carreira dos professores, ela acaba porque, no final, ela vai ter várias mudanças que vão acabar prejudicando. Vai acabar com o triênio, o professor que já ganha pouco vai ganhar muito menos. É importante dizer também que com esse pacote todas as atividades sindicais, assembleias, não serão mais contadas como aula, como aulas letivas. Então vai acabar fazendo o que as pessoas participem cada vez menos das atividades sindicais e da luta por uma educação melhor. Nessa proposta que está na Assembleia, quanto mais qualificado for... Na verdade hoje já tem um plano de carreira, quanto mais qualificado é o professor, ele ganha mais, ele ganha 100% mais, o professor que é Doutor, ele ganha 100% mais de quem só tem o Magistério, que seria o básico. Então, com essa nova proposta, essa diferença seria de 7% apenas do salário. É uma brincadeira, quem é que vai querer se qualificar para ganhar 7% a mais do que o nível mais básico do ensino, do quadro de carreira. Então, são medidas que vêm para prejudicar cada vez mais. Os triênios, não vai mais ter, que a cada três anos o servidor ganha um aumento no seu salário. Não existe mais o salário, isso vai passar a subsídio, quer dizer, isso é uma base fixa para todos os professores. Nessa medida ainda vai entrar a tal da meritocracia, o tal do critério da meritocracia. Um dos critérios para ter a gratificação até no estágio probatório, que é se vai reprovar ou não. E como é que vai ser esse ensino? Os professores vão estar chegando e, se reprovar muito, não passa no estágio probatório... Então tem muitas coisas que ficaram no meio do caminho nessa proposta, que na

¹⁴ Jaqueline Carneiro (registro e conferência)



verdade a gente vê que não é pensar no professor. O professor do estado do Rio Grande do Sul é um dos que menos ganha no Brasil, no entanto... E aqui eu vi algumas pessoas criticando o governo Tarso, mas é importante dizer que em 2014 foi o ano em que o professor ganhou mais próximo do salário do piso nacional. Ficou em torno de 74% do valor, o nosso piso estadual era 74% do valor do piso nacional. Não era o piso nacional, mas foi um momento da história em que mais se aproximaram os salários. Então, quem critica, na verdade a gente era feliz e não sabia, porque depois, de lá para cá, houve parcelamento de salário. Agora os professores estão ganhando o salário do mês de novembro, vão receber lá em dezembro, e assim vai, tá sempre pagando... O décimo vai... Tudo vai sendo atropelado, tem que financiar o seu próprio salário. Hoje tem Professor adoecendo, sim. Professores doentes que estão dando aula. Aqui, quando o Anderson falava, professores com câncer, eu conheço professores com câncer que estão em¹⁵ sala de aula. Professores que estão fazendo faxina, estão fazendo doce para vender, estão fazendo de tudo, menos conseguindo pensar em dar aula. Então professor não consegue dar aula de forma séria para conseguir realmente... Porque também tem a sua vida. Os professores são seres humanos e tem as suas vidas, tem as suas famílias e precisam sustenta-las também. Então não adianta cuidar dos filhos dos outros e não conseguir cuidar da sua própria família. Aqui eu deixo toda a minha solidariedade, meu apoio aos professores. (Palmas) Esse pacote é um pacote recheado de maldades, ele vem atacar os professores, os policiais, todos os servidores públicos. É importante dizer que tem outros setores que também estão em estado de greve ou paralisados, em alguns momentos, mas os professores aqui e os estudantes têm sido bastante firmes nessa luta junto com os professores. Ontem a gente viu um movimento no João Triches, os estudantes do João Triches fizeram um movimento na entrada da sala, em sala de aula. Aqui a gente vê uma grande mobilização do Cristóvão, mas também de outras escolas presentes. Essa mobilização precisa estar na rua mesmo porque vocês estão prestes a fazer um vestibular e o governador não está nem aí, está provocando uma paralisação sem pensar até agora, em novembro, tem estudantes, no estado do Rio Grande do Sul, que não tiveram aula de matemática, em novembro. E ano que vem, com todos esses professores que estão saindo, se aposentando, mesmo de forma proporcional, com medo desse pacote, já foram, em uma tarde, tenho relato, de quase 300 professores pedindo aposentadoria. Então se faltou professor este ano, com esse pacote, quantos professores vão faltar ano que vem? Como vamos iniciar o ano letivo, ano que vem, sem professores, com os professores desmotivados? Que tipo de ensino o estado está pensando para os nossos jovens? Que tipo de ensino esses jovens vão ter para conseguir passar num vestibular e garantir a inserção no mercado de trabalho de uma forma mais qualificada no futuro? Não está se pensando nisso. Está se pensando em economia? Ah, tá, se tivesse estaria repensando as isenções fiscais, teria outras formas para cortar, cortar privilégio de CC. Corta o número de CC! Mas não, a medida é cortar em quem mais precisa, nos professores que tem um salário menor no estado do Rio Grande do Sul. (Palmas) Com essa proposta do governador do governador, no plano de carreira, o professor vai entrar... Hoje o professor consegue chegar, até o final do seu plano de carreira, ganhando 4, 4,5 a mais do que entrou. Com a nova proposta vai ser 1,5. Que professor vai querer viver em sala de aula sem condições, sempre sendo avaliado, não pode reprovar, não pode avaliar direito os alunos, sem condições físicas, a escola caindo aos pedaços, recebendo parcelado, sabendo que a aposentadoria vai ser uma miséria, vai trabalhar a vida inteira e enlouquecer e ainda no final receber uma miséria, ganhar 1,5. Quem vai querer ser professor do estado? E aqui o Cristóvão a gente sabe que tem

¹⁵ Edivania Ramos (registro e conferência)



magistério, tem estudantes que estão se preparando para serem professores e que tipo de professores a gente vai pensar se a gente oferece esse tipo de condições? Então eu quero aqui me solidarizar e dizer que a luta está iniciando, mas essa medida desse governo Eduardo Leite é um modelo do que a gente já vai ver a nível nacional, com o ministro Paulo Guedes já falando em ações muito semelhantes a essas, de acabar com o serviço público. E acabar com o serviço público é acabar com uma educação que pensa em qualidade, em que pensa numa educação que dialogue com o contexto social em que a escola está inserida. E não é isso que a gente tem visto. Vereador Kiko, tem o seu aparte.

VEREADOR KIKO GIRARDI (PSD): Vereadora Denise, obrigado. Não é porque está lotado hoje, mas todos têm o direito de saber o posicionamento de cada vereador, como fomos cobrados. Eu cobro seguidamente que tenha no meu partido deputado gaúcho que esse pacote tem que votar contra. Mas não posso só aqui também que estou cobrando, tenho que ver depois do voto, chegar aqui e dizer se ele votou contrário ou não porque muitos já fazem aqui a fala que vamos cobrar, que estamos pressionando, mas e no dia do voto? No outro dia nós temos que aqui estar falando também. E o governo da atualidade e o antigo também ficam doando bens públicos para outras entidades. Foi doada, semana passada, na Câmara dos Deputados, para um clube de futebol uma área que é do estado. Por que não reforma as escolas? Por que outro governador, que tinha o vice do meu partido,¹⁶ que eu cobrei? Vocês ficam fazendo presídio, trocando por bens públicos. Reformem as escolas. Se está faltando dinheiro, quantos bens públicos têm do Estado aqui que estão sendo utilizados por entidades, por empresas, que ninguém sabe e fica escondido. Por que não vem à tona? Que se faça dinheiro daí. Mas não se faça dinheiro, não se faça caixa com o salário dos professores, tirando a dignidade. Uma vez era orgulho dizer que era professor. Hoje é vergonha. Meu falecido pai era professor. (Palmas)

VEREADORA DENISE PESSÔA (PT): Obrigada, vereador. Então, para finalizar, apenas dizer que a bancada do Partido dos Trabalhadores, o PT, é contrária ao pacote Eduardo Leite e fará oposição acirrada na Assembleia, assim como já vem fazendo. (Esgotado o tempo regimental.) E aqui, na Câmara de Vereadores, a gente já aprovou uma moção que trata sobre a questão do pacote Eduardo Leite, com enfoque na pauta dos professores. Quinze dias atrás o Cepers estava aqui, tinham outros professores também que acompanharam. Então já está... Já foi entregue. Inclusive já foi encaminhado para a Assembleia Legislativa e para o governador Eduardo Leite. (Palmas)

PRESIDENTE FLAVIO CASSINA (PTB): Uma Declaração de Líder solicitada pela bancada do PP. Vereador Arlindo Bandeira.

VEREADOR ARLINDO BANDEIRA (PP): Senhor presidente, senhoras e senhores vereadores. Cumprimentar todos que estão aqui no plenário, alunos, professores. Sejam bem-vindos sempre aí. E a todos que nos assistem pela TV Câmara, canal 16. Eu quero iniciar aqui direcionado, como bem pediram os professores e os alunos, para nós falarmos dessa questão de hoje. Deixar bem claro que muitas vezes nós vereadores – né, vereador Renato Oliveira? – não conseguimos tantas revoluções. Sempre falo aqui. Muitas vezes nós temos vontade de ajudar de imediato, para ontem nessa questão. Mas muitas vezes nós discursamos aqui, falamos, nos colocamos à disposição. Já sou solidário, eu da bancada do PP, Partido Progressista, sou solidário a essa questão. E assim, muitas vezes nós, repito aqui, nós falamos, cobramos e não somos atendidos. Tem que deixar bem claro essa questão. Né, vereadores colegas? Mas, direcionado a essa questão, muito nós não podemos fazer aqui além de nós falarmos, vocês perceberem que nós

¹⁶ Leandro Ribas (registro e conferência)



estamos à disposição de vocês que nos assistem, todos que estão aqui, para que essa vergonha seja resolvida. Isso é de fato. Essa vergonha. Então, na verdade, vocês professores, vocês da Brigada Militar, todos esses que votaram no Eduardo Leite entraram num barco furado. Essa é a grande verdade. Entraram num barco furado, porque foi em peso, vereador Adiló, aqui em Caxias do Sul. Da Brigada Militar, enfim, professores votaram no Eduardo Leite. Inclusive, vereador Rafael Bueno, inclusive o nosso partido, tem que deixar bem claro, não podemos tapar o sol com a peneira. O nosso partido se aliou com o Eduardo Leite. Inclusive eu era muito julgado na época da minha campanha. A todos, é bom que vocês saibam disso. Inclusive para correligionários do nosso partido. Porque houve uma separação. Uma parte era do Sartori, uma parte então fez parceria com o Eduardo Leite. Nós éramos julgados: “Mas como está fazendo campanha para o Eduardo Leite se nós estamos juntos com o Sartori? Estamos mais próximo ao Sartori?”. Então surgiu até inclusive um constrangimento nessa questão. Tem que deixar bem claro a todos que nos assistem das comunidades. Eu passei vergonha nessa questão, inclusive, muitas vezes. Mas eu, como respeitei o partido porque houve a coligação, eu tenho que estar direcionado a essa questão. Porque, claro, se não eu estava com o Sartori. Então, como o partido fez a coligação, a gente tem que manter a credibilidade e manter o direcionamento do partido. Por sua vez a gente tem que manter essa direção. Mas a minha fala bem curta aqui, breve. Eu quero colocar meu gabinete à disposição, colegas vereadores,¹⁷ dessa vergonheira que está acontecendo, porque nós precisamos não só salário, como difícil acesso, professoras que lecionam lá em Santa Lúcia do Piaí digamos, lá em Criúva. Estão com dificuldade muitas vezes no difícil acesso. Estão recebendo, mas precisa ser ampliado esse salário. É necessário que elas tenham essa contribuição, que elas vão no interior, porque são 40 quilômetros para ir e 40 para voltar. Um exemplo de Santa Lúcia. Criúva dá muito mais digamos e assim por diante. Então, quero dizer para vocês, que inclusive fiz uma filmagem aqui, fotos, vídeos de vocês aqui e mandei para os nossos políticos lá de Brasília, seja lá o senador, deputado federal e ainda quero assistir de tarde, se vocês vão mostrar esse vídeo lá na Câmara Federal.

VEREADOR RAFAEL BUENO (PDT): Um aparte, vereador.

VEREADOR ARLINDO BANDEIRA (PP): Nós queremos escutar aqui a voz. Não é vir aqui cair de paraquedas, pegar o voto de vocês e depois nunca mais voltar. Cadê o nosso representante do Eduardo Leite hoje, colegas vereadores, vereador Edson da Rosa? Cadê o representante para estar falando dessa questão hoje? Já tinha que ter alguém aqui falando, dando um retorno, pelo menos mandando um wats. Cadê? Não tem nenhum, mas na hora de vir pedir voto, que nem diz a menina aí, estão todos aí. É hora de vocês abrirem os olhos mesmos e votarem para pessoas que prometem que não fazem. Muitas vezes é melhor prometer pouco e fazer mais do que prometer muito e fazer pouco. Isso aí é entrar em um barco furado. Isso aí já era e o povo não é mais burro não. O povo está esperto, o povo está acompanhando nas redes sociais, está vendo quem tem boa vontade de fazer, está vendo as promessas. Quando é muita promessa pode desconfiar, pode cair fora, porque o golpe é grande. Vocês não tem resposta mesmo e nunca foi prioridade, muito pouco a educação. Desde outros governos muito pouco foi o salário dos nossos professores.

VEREADOR RAFAEL BUENO (PDT): Um aparte, vereador.

VEREADOR ARLINDO BANDEIRA (PP): Nunca foi prioridade mesmo. Vocês colocam bem certinho. Eu como sugestão, como já disse, que mandei os vídeos para os nossos deputados e vamos

¹⁷ Jaqueline Carneiro (registro e conferência)



estar... Deputado estadual, federal, para toda a bancada dos nossos deputados para acompanhar de perto. O que eles estão fazendo lá os nossos deputados também? Eu tenho que ver os nossos também. O que eles estão fazendo? Não é só vir aqui muitas vezes pedir voto. Isso tem que deixar bem claro, colegas vereadores. Cada um de nós, não podemos mais fechar aqui... Eles têm que mostrar um trabalho sim. Não digo resolver tudo em geral na nossa cidade o que nós precisamos, mas algo tem que ser feito, algo tem que apresentar em cada cidade. Oh, o deputado fez isso, fez aquilo pela nossa cidade. Então, temos que cobrar pesado, não é só vir aqui, porque ir lá bater na porta e pedir o voto e depois nunca mais aparecer aqui. Então nós temos que cobrar, começando pelos meus vou cobrar, para que ela venha, que ele pelo menos dê uma resposta, o que eles estão fazendo lá em Brasília para que isso seja resolvido. Eu como sugestão, colegas vereadores, vereador Rafael, após lhe concedo aparte, sugiro à Comissão da Educação, senhor presidente, que nós vamos para Porto Alegre juntos, vamos cobrar da Assembleia, do nosso governador. Como sugestão estou falando aqui, pedindo para o presidente da Comissão de Educação para que a gente vá para Porto Alegre para quem sabe consigamos resolver esse impasse dos nossos professores. É uma dica importante. Sou parceiro para nós ir lá e cobrar. Eu estava falando com a minha equipe, nós temos que fazer algo. Nós temos que nos empenhar, isso é o mínimo que nós temos que fazer. É estar presente neste momento, agendar uma reunião com o pessoal responsável da Assembleia com o nosso governador quem for, os nossos deputados que eles tentem pelo menos resolver esse impasse dessa vergonha que a gente está vendo. Vocês estão aí muitas vezes perdendo o tempo, porque poderiam estar estudando, poderiam estar junto com a família de vocês estão aqui cobrando e parabenizar. Vocês tem que estar aqui presentes para cobrar¹⁸ isso aí, porque se vocês não fazem a pressão, nada sai do papel. Tem que pressionar, sim, para que essa vergonha seja resolvida. Então, como sugestão, para nós irmos para Porto Alegre reforçar, cobrar essa situação. (Manifestação da plateia).

PRESIDENTE FLAVIO CASSINA (PTB): Concluindo, vereador Bandeira, não responda.

VEREADOR ARLINDO BANDEIRA (PP): Senhor presidente, vereador Rafael, seu aparte.

VEREADOR RAFAEL BUENO (PDT): Vereador Arlindo Bandeira, primeiro quando o senhor fala a questão do PP apoiar, o Eduardo Leite era conhecido pelos familiares como Dudu e na escola como Parmalat, era o apelido dele. E todo leite tem um prazo de validade, e às vezes o prazo de validade acaba, e quando acaba, e quando acaba o prazo de validade, azeda. E o senhor, vereador, que também apoiou, sabe que tem prazo de validade. Parabéns pelo seu posicionamento. Agora, nós temos, vereador que cobrar do Sérgio Turra, o deputado do PP, que é o autor da PEC que está tramitando na Assembleia Legislativa, que quer vender o Banrisul, a única fonte de pagamento ainda que resta para os professores. Vamos fazer uma Moção de contrariedade a essa PEC da venda do Banrisul.

PRESIDENTE FLAVIO CASSINA (PTB): Obrigado, vereador.

VEREADOR RAFAEL BUENO (PDT): Por favor, vereador, para isso o senhor vai ter o meu apoio.

PRESIDENTE FLAVIO CASSINA (PTB): Obrigado.

VEREADOR ARLINDO BANDEIRA (PP): Presidente, para concluir. Eu quero concluir então dizendo que eu sou solidário a essa questão. Eu, como vereador da Bancada Progressista, o está PP, o nosso gabinete está à disposição, o nosso governo está à disposição para o que der e vier para que essa vergonha seja resolvida o quanto antes. Era isso, muito obrigado.

¹⁸ Vera Rassier (registro e conferência)



PRESIDENTE FLAVIO CASSINA (PTB): Uma declaração de líder solicitada pela bancada do PSDB.

VEREADOR RENATO OLIVEIRA (PCdoB): Uma declaração de líder, presidente, bancada do PCdoB.

VEREADORA PAULA IORIS (PSDB): Bom dia, presidente, colegas vereadoras e vereadores. Bom dia aos alunos, aos professores que estão aqui. Eu quero começar dizendo do meu respeito por vocês, pelos professores, pelos alunos e também da alegria de ver vocês falando do carinho que vocês têm com os professores. Eu sempre tive imenso carinho e admiração pelos meus. Sou amiga até hoje dos meus professores, e a gente tem visto muito hoje situações de violência entre alunos e professores, que é uma das coisas que preocupa. Vocês aqui trouxeram um grito de guerra que o professor é amigo, e a gente sabe a importância que hoje o professor tem na vida dos alunos. A gente vive situações graves de *bullying*, de automutilação, situações muito difíceis na escola, e o professor tem feito um papel fundamental nisso. Então é bacana ver essa união. O Anderson pediu que os vereadores se manifestassem para dar seus posicionamentos. Então, naturalmente, por ser vereadora do PSDB e do governo, naturalmente eu não poderia deixar de falar. Qual é o meu posicionamento, Anderson e os demais aqui presentes. Eu sempre vou procurar entender o que está acontecendo, e o que está acontecendo em nosso estado não iniciou hoje. Muitos dos meus colegas já aqui se manifestaram, e temos de ter a responsabilidade de falar a respeito disso. Esse assunto de parcelamento não iniciou hoje, e quando o governo chega à situação de parcelamento é porque muita coisa já foi feita antes e não teve resultado. Quando eu falo assim, a gente procurar entender o que está acontecendo, eu tenho aqui o pacote de medida que ele fala inclusive dessa questão do magistério, mas tem todas as outras ações que foram feitas até agora e quais são os planos. É uma proposta de reforma estrutural. Eu tenho impresso e tenho no WhatsApp e coloco à disposição de quem quiser e tiver interesse em conhecer um pouquinho mais a respeito disso. Aqui certamente eu não vou conseguir falar de muitas coisas, mas eu me coloco à disposição em recebê-los no meu gabinete. O Anderson ainda está aqui?¹⁹ Anderson, assim como já conversamos em outros momentos, fico à disposição, tua e de mais lideranças que estiverem aqui, de outras escolas, para a gente poder olhar alguns pontos daqui que são bem importantes. Alguns que eu queria destacar para vocês para a gente entender a complexidade dessa situação. Deve ser do conhecimento de todos, porque isso está sendo amplamente divulgado na imprensa, que 82% hoje do que o Estado arrecada é direcionado para a folha de pagamento. Ou seja, nós somos um Estado que tem uma enorme arrecadação de impostos, onde todos nós sofremos com isso, em ter que pagar esses impostos, e, de R\$ 100, 82 é para pagar a folha. O resto é para arrumar as escolas, que a gente está vendo que não estão sendo arrumadas; é para arrumar as estradas, que não estão sendo arrumadas; é para cuidar da saúde, que não está tendo o retorno que deveria ter. Então, de R\$ 100, 82 ser para a folha. E mais do que isso, gente. Desses 82, 60% é para pessoas que já estão aposentadas. Como disse o vereador Elói Frizzo aqui, com salários astronômicos. Só que isso foi sendo construído ao longo do tempo. Não foi uma coisa que se formou agora. Ao longo de quatro, cinco décadas, foram aprovados lá na Assembleia Legislativa esses salários, e hoje eles são pagos. Não tem como, de uma hora para outra, parar de pagar. É uma realidade. Um outro fator que eu gostaria de trazer para vocês, que está neste caderno aqui. Hoje o estado está com liminar em dois aspectos: a dívida com a União e com relação aos precatórios. O que são os precatórios? É um dinheiro que o Estado já deveria estar pagando para pessoas que ganharam causas. São

¹⁹ Edivania Ramos (registro e conferência)



15 bilhões, e ele não está pagando, porque ele está sob liminar. Se o Estado estivesse pagando a dívida da União e os precatórios... Porque essas pessoas que ganharam as causas deveriam estar recebendo, porque elas ganharam as causas. Se o Estado estivesse pagando essas duas questões, sabem qual salário que estaria sendo pago agora, gente? O de fevereiro. Estaria pior o cenário do que agora. (Manifestações nas galerias) Querida, na educação é 25%. É verdade, é verdade. Está na lei, é 25%. (Manifestações nas galerias) Oportunidade para mais um esclarecimento. Para todos que trabalham no Executivo, inclusive o do governador, o salário é parcelado. Não é... (Manifestações nas galerias) Gente, atenção. Pessoal. Pessoal, não é parcelado o salário do Judiciário e do Legislativo. Do Executivo é parcelado. Certo? Bem... (Manifestações nas galerias) Não, exatamente. Os 82% não é só de professor. (Manifestações nas galerias) Pessoal, novamente assim. Eu penso que nós temos que ter o compromisso de procurar entender o que está acontecendo, certo? Então, 82% não é só de professor; 82% é de toda a folha, é de toda a folha. Não... (Manifestações nas galerias) Eu vim aqui trazer esclarecimentos. Como eu represento...²⁰ (Manifestação nas galerias.) A minha posição, não, a posição... Gente, nós precisamos identificar. Se nós estamos querendo entender o que está acontecendo ou não? Eu posso vir aqui e dizer um monte de mentira para vocês, vocês me aplaudirem e ir para casa. Não tem problema. Eu penso que sempre... Não! (Manifestação nas galerias.) Pessoal, eu sou completamente defensora da educação sobre todas as formas. A educação ela é muito... Educação, além do que acontece em sala de aula é o que eu estou pedindo agora. É a gente poder entender todo o contexto e se posicionar. Quando a gente não entende todo o contexto ou quando a gente não escuta a verdade do outro a gente está sendo conduzido. Eu sou completamente favorável à educação. Pessoal, aqui nesse material do qual eu estou disposta a apresentar para vocês, fala... Pessoal, assim: vocês sabem que o plano de carreira, a forma como é pago o magistério hoje é de 1974. Vamos trazer alguns exemplos aqui. Está acabando o tempo. Pessoal... Gente...

PRESIDENTE FLAVIO CASSINA (PTB): Por favor, pessoal.

VEREADORA PAULA IORIS (PSDB): olha aqui. É importante que vocês saibam assim. Quando fala, por exemplo, em a remuneração ser por avaliação de desempenho, olha quais são os critérios: (Manifestação nas galerias.) Eu me dispus a falar, mas tem que alguém querer ouvir. Acabou o tempo. (Manifestação nas galerias.)

PRESIDENTE FLAVIO CASSINA (PTB): Uma Declaração de Líder solicitada pela bancada do MDB. Com a palavra o vereador Paulo Périco.

VEREADOR KIKO GIRARDI (PSD): Vereador, só um apartezinho, se puder, um segundinho.

VEREADOR PAULO PÉRICO (PMDB): Senhor presidente, senhoras e senhores vereadores, a todos os alunos que aqui estão e professores, bom dia. Vereador Kiko, de imediato.

VEREADOR KIKO GIRARDI (PSD): Vereador Paulo Périco, eu não entendi, desculpa, vereadora, se a sua fala ali dizendo que a gente fala para agradar. Quem falou para agradar o povo foi o seu governador. Foi o seu governador que falou para agradar e mentiu. Nós aqui estamos falando a verdade.

VEREADOR PAULO PÉRICO (PMDB): Obrigado, vereador Kiko. Vereador Edson, de pronto o seu aparte pela bancada do MDB.

VEREADOR EDSON DA ROSA (PMDB): Obrigado, vereador Paulo Périco, pelo seu aparte. Vereadora Denise e o vereador Rafael Bueno já falaram dessa moção que foi assinada há mais ou menos uns 15 dias que era uma moção de repúdio contra os projetos de alteração no plano de carreira do

²⁰ Jaqueline Carneiro (registro e conferência)



magistério público estadual no Estatuto dos Servidores Públicos do Rio Grande do Sul e na previdência estadual. Eu fui um dos vereadores que assinei, portanto o posicionamento já está dado. Também vou fazer por questão de justiça, mas a vereadora²¹ Denise também me ligou pedindo se eu assinaria. E quem já teve a oportunidade de estar na Secretaria da Educação sabe dessa luta e inclusive nós temos aqui um projeto do governo municipal para acabar com o GDA, que nós fomos contrários também, Gratificação de Difícil Acesso para professor que vai para o interior dar aula. Mas são coisas, Anderson, parabéns pela tua fala, dessa proximidade do professor, dos pais, dos alunos que fazia tempo. O vereador Elói Frizzo se emocionou aqui e eu também, vereador, fui líder estudantil e é tão importante essa presença de vocês, de estarem brigando por essa luta da educação que na nossa época era por diretas, eleições diretas e hoje são tantas outras. Mas acho que o vereador Rafael foi muito feliz, nós temos que saber que isso vem vindo há muito tempo, a participação de todos os governos. E o vereador Toigo falou uma coisa que eu acho que é o que nós temos que brigar, pelos nossos representantes hoje lá na Assembleia, que é a retirada do regime de urgência. (Palmas) Porque a situação está posta, ponto, não tem o que fazer. É o debate, agora é o debate. Então não é por vocês estarem aqui, mas o nosso posicionamento com relação a valorização dos professores já foi dada há 15 dias. Mas parabéns pela luta de vocês, a gente fica olhando aqui e fica memorizando que é tão importante porque o professor hoje sabe disso. Mais uma vez utilizando a fala do Anderson, professor é conselheiro, o professor é amigo e de vez em quando consegue dar aula nessas situações que hoje estão postas. Era isso, vereador, o meu posicionamento já está dado. Obrigado. (Palmas)

VEREADOR PAULO PÉRICO (MDB): Obrigado, vereador Edson. Caros alunos, eu peguei a primeira grande greve, quando aluno do Cristóvão, em 1978, no governo do Jair Soares, ficamos dois meses em casa. Nós não sabíamos o dia que íamos para o Cristóvão, sempre ligando o rádio e sabendo se terminou ou não terminou. Foi a primeira grande greve. Essa primeira grande greve ela já desestruturou uma parte dentro da educação que é de grande importância, que foram as competições esportivas. Nunca mais se teve um calendário, desde 78, de competições esportivas.

VEREADORA GLADIS FRIZZO (MDB): Um aparte, vereador.

VEREADOR PAULO PÉRICO (MDB): Nunca se teve mais. Então não é de hoje, isso é um problema conjuntural e estrutural que é de mais de 40 anos atrás. Então a luta que eu fiz para que nós devíamos reabrir o grêmio do Cristóvão porque foi fechado na época da ditadura, onde o SNI ficava lá fora tirando fotografia nossa e o nosso nome ainda deve estar lá SNI, quando nós lutávamos para reabrir o grêmio do Cristóvão e para os nossos direitos, em 1978, e eu era da comissão porque nós não tínhamos grêmio e na época tínhamos cinco mil alunos no colégio do Cristóvão, e o Colégio Cristóvão era um colégio decente, decente na questão não só de alunos como vocês, mas na questão estrutural. Nesses 40 anos nós vimos o que no Cristóvão? Todas as escolas estaduais? Uma depauperização estrutural, mas também uma depauperização no sentido da responsabilidade do professor através de um salário decente. Eu fui coordenador da educação justamente quando começou o parcelamento e na época o governador Sartori disse: Não tem mais de onde tirar dinheiro. Quando você está na sua casa e não tem de onde tirar o dinheiro você não faz dinheiro. Nós temos um problema muito sério que muitas vezes eu coloquei também para os meus colegas professores, não sou do Cpers, fiz concurso e nunca fui chamado, que nós temos uma questão que é de extrema importância, a questão é que somente um dos três entes do estado

²¹ Vera Rassier (registro e conferência)



arrecada e é o único que paga, que é o Poder Executivo. Outros dois não arrecadam absolutamente nada e só recebem, que é o Poder Judiciário e o Poder Legislativo. Nós temos ascensorista, no fórum, em Porto Alegre, que ganham R\$ 7.000,00. Quando fiquei sabendo disso, eu era coordenador, eu fiquei de uma indignação porque é inadmissível um professor que dá aula para 25 crianças, no estado, ganhando R\$ 1.300,00 e um ascensorista ganhando R\$ 7.000,00. Um motorista, na Assembleia Legislativa, ganhando R\$ 7.000,00, com ensino médio, e um professor com mestrado ganhando R\$ 1.400,00. Então muitas vezes eu disse: Para os professores do CPERS, e digo de novo aqui, como repeti há 15 dias, vereador Edson, que o CPERS se posiciona de frente para o Palácio Piratini, mas, de uma vez por todas, ele deveria se posicionar de frente para o prédio da Assembleia Legislativa e, do outro lado da praça, para o prédio do Tribunal de Justiça,²² e pedir para esses dois poderes por que eles não coparticipam ou participam do duodécimo. Por que eles não participam? Por que os salários dos que mais ganham, que é o Judiciário e o Legislativo, não é parcelado? É só do Executivo. Porque eles dizem que têm direitos constitucionais e independência dos poderes. Muito bem. Mas por uma questão de ética, ética com próprio povo gaúcho, por que não fazem isso? Por que não dividem seus salários? É somente o do Executivo. Estoura onde? Estoura no professor, estoura lá no policial, lá no bombeiro. Agora nós temos servidores públicos, como o vereador Elói falou, que ganham 20, R\$ 25 mil. Como eu ouvi de secretário de estado, que assina e bota o seu nome lá, ele dizendo o seguinte: “Eu tenho aqui, na minha secretaria, servidores ganhando R\$ 27 mil. Mais do que eu, do que o governador, e vai incorporar”. Está aqui, servidor. E é um direito adquirido. E aí eu olhava e via um professor se aposentando com R\$ 1.500, R\$ 2 mil. Então, a questão do Rio Grande do Sul é uma questão de que os três poderes têm que trabalhar em conjunto, e não só um. E não estou aqui defendendo este ou aquele governador, porque todos os partidos que aqui estão passaram pelo Governo do Estado. Todos! E quem vier jogar a pedra saiba que a pedra vai cair também no seu telhado. Todos! Todos foram, todos foram responsáveis. Todos! E quando você tem que parcelar, por exemplo, o seu cartão de crédito, ou é porque você fez contas lá atrás que não tinha como pagar, ou não tinha verba para tal. Mas você fez as contas. E as contas nós temos que olhar, sim, lá atrás. E um dia você vai ter que parcelar seu cartão de crédito, você vai ter que parcelar alguma coisa das suas contas, porque você foi irresponsável no passado. E algum dia vai ter que acontecer com qualquer que seja o governador, senhoras e senhores. Qualquer. E não só no Rio Grande do Sul. Nós temos que ter essa clareza. Então é uma luta, sim, de todos, e não só da categoria dos professores. Alunos do Cristóvão, a UERGS ocupa um andar do colégio, um andar. Eu ofereci duas escolas para a UERGS para sair do Cristóvão, para ter mais vagas no Cristóvão. Duas escolas. O Dante, ali do lado, só para a UERGS; e o Clauri Flores, um colégio novo, lá no Santa Fé. O Dante não dá, porque está destruído. O Clauri Flores é muito longe. Então tá, então fiquem no Cristóvão. Pois eu gostaria de dizer uma coisa para os meus colegas professores. Eu não sei se vocês sabem. Os professores da UERGS não recebem parcelado; os professores da UERGS conseguiram, na justiça, equiparação com o salário dos professores das universidades federais, ganhando 10 e R\$ 12 mil, porque eles não fazem parte da Seduc. Eles fazem parte da Secretaria de Ciência e Tecnologia do Estado do Rio Grande do Sul. Então nós temos professores que eu não sei quantas disciplinas dão, por exemplo, ali no Cristóvão, e quantos cursos têm no Cristóvão, ganhando 10 e R\$ 12 mil. Quando o professor da sala de baixo ganha 1.500 e ainda ganha parcelado. Também tem que pensar

²² Leandro Ribas (registro e conferência)



nisso. Então vamos... Pensem e então defendam os professores como um todo. (Esgotado o tempo regimental.)

VEREADOR RENATO NUNES (PR): Peço a palavra, senhor presidente.

VEREADOR PAULO PÉRICO (MDB): Quem bom. Procurem ocupar todo o espaço da escola, todo o espaço da escola, que é um direito de vocês. Essa foi a nossa luta e essa vai continuar sendo a nossa luta como professor. Ocupem o espaço. Só para finalizar, senhor presidente. Quando veio o projeto da reforma do Cristóvão, era um projeto megalomaniaco, foi na minha gestão, eu disse: “Não, isso eu não quero. Eu não quero piscina no Cristóvão, porque eu não tenho dinheiro depois nem para comprar cloro no dia seguinte. Isso é para botar placa para inauguração. É política. Corta a piscina. Nós vamos ter que arrumar o quê? Nós vamos ter que arrumar o nosso auditório, que está caindo aos pedaços. E começar pelo auditório até o ginásio”. Um momento. Então vejam só. Só para finalizar. O investimento... Calma, calma. O investimento era de 30 milhões.²³ Um momento. (Manifestação da plateia) Justamente, a sala da vice-direção está para cair toda aquela parte. (Manifestação da plateia) Correto.

PRESIDENTE FLAVIO CASSINA (PTB): Concluindo, vereador.

VEREADOR PAULO PÉRICO (MDB): Trouxemos. (Manifestação da plateia) Sim, concordo.

PRESIDENTE FLAVIO CASSINA (PTB): Por favor. Por favor, pessoal.

VEREADOR PAULO PÉRICO (MDB): Tem que defender. Eu defendo essa causa. Tem que defender. Primeiro para a educação. Primeiro para a educação. Menos para o Judiciário e menos para o Poder Legislativo. Peguem isso como bandeira. Primeiro a educação e menos para esses dois poderes.

PRESIDENTE FLAVIO CASSINA (PTB): Obrigado.

VEREADOR PAULO PÉRICO (MDB): Vocês vão ganhar, porque eu sou a favor disso.

PRESIDENTE FLAVIO CASSINA (PTB): Uma declaração de líder solicitada pela bancada do PCdoB.

VEREADOR PAULO PÉRICO (MDB): Eu sou a favor disso. Obrigado.

VEREADOR RENATO OLIVEIRA (PCdoB): Bom dia a todos. Uma saudação aos nobres vereadores.

VEREADORA GLADIS FRIZZO (MDB): Se possível um aparte, vereador.

VEREADOR RENATO OLIVEIRA (PCdoB): Já lhe concedo, vereadora. Gostaria de saudar a UMES – União Municipal dos Estudantes Secundaristas, o Grêmio da escola Cristóvão de Mendoza, saudar o Anderson, e em nome deles saudar toda a juventude que está aí presente, bravos lutadores da educação, porque também não dizer da saúde e da segurança. Hoje... Antes de... Eu quero conceder primeiro o aparte, vereadora Gladis, depois eu quero...

VEREADORA GLADIS FRIZZO (MDB): Obrigada, vereador Renato. Bem, eu também gostaria de cumprimentar todos os alunos, os professores para poder dar o meu parecer e de que lado a gente está. A vereadora Denise falou que a gente assinou o documento, esta vereadora também assinou, porque também defende a educação. Eu tenho dito aqui que Monteiro Lobato diz que um país se faz com homens e livros. E quando o país não valoriza a educação, é um país falido. Então o meu apoio, e digo assim, que o professor deveria ganhar muito mais que um vereador, o professor deveria ser aquele que teria o salário maior que qualquer profissional, porque é ele que forma os profissionais. Então, essa é minha posição. Muito obrigada, vereador Renato.

VEREADOR RENATO OLIVEIRA (PCdoB): Obrigado, vereadora Gladis. Gostaria de dizer o seguinte: na Assembleia Legislativa não posso dizer nada porque, infelizmente, estamos sem... O PCdoB

²³ Jaqueline Carneiro (registro e conferência)



está sem deputado estadual. Infelizmente, depois de muitos anos, sempre tinha deputado estadual. Mas aqui na Câmara de Vereadores podem ter certeza que vocês têm um aliado, vocês têm um companheiro, porque essa luta, como vocês disseram, não é só de vocês alunos, não é só de vocês professores. Se vocês querem saber melhor a posição do PCdoB, procurar o site Vermelho. E vou mostrar os números aqui. Governador Flávio Dino do PCdoB: professores para 40 horas R\$ 5.750,00. Sem salário parcelado, não tem parcelamento de salário porque lá a prioridade é a educação, a prioridade é a juventude. Então isso é a posição do PCdoB. E quando nós, lá atrás, lutamos por escolas aqui no estado, eu tive o prazer, a honra, junto com o Olívio Dutra, de inaugurar a escola Rachel Grazziotin lá no Fátima, que muitos anos, agora, vocês sabem a forma como está sucateada. Todas as escolas, nem mesmo reformas, o mínimo. Parece, tem que andar com uma panelinha, uma bacia porque tem goteira por tudo. Isso vem acontecendo, que dirá o salário, o desrespeito. E eu não sou contra também o que estão dizendo alguns colegas aqui na Casa: vamos adiar esse pacote do governo Eduardo Leite. Não é adiar, temos que tirar da Assembleia esse pacote. Tem que tirar esse pacote.²⁴

VEREADORA TATIANE FRIZZO (SOLIDARIEDADE): Um aparte, vereador.

VEREADOR RENATO OLIVEIRA (PCdoB): Tem que ser retirado esse pacote porque é uma vergonha esse pacote, o que fizeram. Em dois dias foram 279 servidores da educação que pediram aposentadoria, mesmo que parcial, aqui no estado. Em média nesse governo, neste ano, são 579 pedindo aposentadoria por mês. Então é uma vergonha. Se nós continuarmos dessa forma o que será no fim desse governo? Ano que vem... Se este ano muitas escolas aqui na serra gaúcha, até metade do ano, não tem professores imaginem ano que vem com esse sucateamento que vai ter? Que está acontecendo agora se esse pacote virar... Quando apagar as luzes no feriadão já deram um bom bônus para vários deputados e através de emendas parlamentares e poderá vir em forma... Daí vai vir o 13º, vai ser votado próximo do Natal, entre o Natal e Final do Ano, mais um bônus. Então isso poderá sentir bastante a comunidade porque vai faltar professor, com certeza, ano que vem. Seu aparte, vereadora Tati.

VEREADORA TATIANE FRIZZO (SOLIDARIEDADE): Vereador, muito obrigada. Então para dar o meu posicionamento para as pessoas que estão aqui hoje no plenário, dizer que fui aluna do Cristóvão de Mendoza e que é com muita tristeza e pesar que da minha época para cá eu vejo que a educação não evoluiu e não melhorou. Na minha época eu já enfrentava diversas greves, era todo ano uma greve, a gente preocupado com ano letivo, com o aprendizado, com o vestibular. Dizer que sou solidária, sim, a causa de vocês, temos um deputado, o Neri, o Carteiro, e estarei levando essa reivindicação, essa preocupação de vocês com relação a esse pacote e acho que o que o vereador Toigo falou é extremamente relevante, tirar isso da pauta de regime de urgência para que se possa discutir, compreender e debater esse projeto. Então, muito obrigada, vereador. (Palmas)

VEREADOR RENATO OLIVEIRA (PCdoB): Obrigado, vereadora Tati. Posição, só para... Já lhe concedo aparte, vereador Rafael, o que o governo do estado fez de aumento, real mesmo, 74,5% para os CCs do Banrisul. Então uma forma de querer quebrar o Banrisul é dar aumento para os seus gerentes. Então é isso que o governo fez para professores, para brigadianos, isso foi dito aqui. São 102% depois que está sendo a menos é o salário dessas categorias que ganham menos. Seu aparte, vereador Rafael.

VEREADOR RAFAEL BUENO (PDT): Vereador Renato Oliveira, obrigado pelo aparte. Eu faço a leitura de uma carta que o grêmio estudantil do Cristóvão de Mendoza, na União Municipal dos

²⁴ Edivania Ramos (registro e conferência)



Estudantes Secundaristas de Caxias do Sul, a União Brasileira dos Estudantes Secundaristas e a União Estadual dos Estudantes do Rio Grande do Sul assinaram.

Nota das entidades do movimento estudantil

A educação pública do estado do Rio Grande do Sul há tempos vem sendo sucateada. Entendemos que a saída da crise fiscal não passa pelo fechamento das escolas, ao ataque ao serviço público e ao funcionalismo.

Acreditamos em um maior investimento na educação pública com amplo acesso democrático, que valorize a qualidade emancipadora, crítica e de qualidade seja o caminho para o desenvolvimento social econômico em nosso estado.

Alguns anos os salários são parcelados, não há o pagamento do piso do salário e nem concurso público e isso não resolveu a crise. A estrutura das escolas não suporta a educação do nosso tempo: goteiras, salas fechadas, ambientes que parecem mais prisões do que escolas.

Quando que teremos uma administração pública que pense no nosso futuro? Os movimentos de servidores e dos estudantes são legítimos, pois se preocupam com os interesses gerais da nossa sociedade que devem ser amplamente discutidos.

Os estudantes e servidores saem as ruas por um presente e um futuro de qualidade.

Não aceitaremos os retrocessos do governo Eduardo Leite.

Assinam essas entidades estudantis, vereador Renato Oliveira. Eu já peço, vereador, para que a gente... (Manifestação da plateia)²⁵ Vereador Renato, só para concluir o meu aparte após essa leitura, a vereadora Paula Ioris não está presente aqui, mas ela fez uma fala de que ia analisar a proposta. Quando o vereador Eduardo Leite, na época candidato, ele apresentou todas as propostas de que ele era um gestor e que iria enfrentar as medidas. Se ele concorreu, é porque ele mostrou que sabia. Agora quer dizer que o estado que ele encontrou não é aquele que ele tinha estudado, tinha ido para os Estados Unidos, para Europa estudar na Fundação Lemann? Segunda coisa, quando ele disse para o governador Sartori num debate: “Tira essa tua bunda da cadeira, Sartori!”. Ele disse isso, agora ele que faça o mesmo. Quando a vereadora Paula Ioris disse que era uma proposta, eu nunca vi proposta entrar em regime de urgência. Regime de urgência se entra quando é um afobado. Nós precisamos é de diálogo. E outra coisa, o vereador recuou para a Brigada Militar, que faça o mesmo para os professores. E outra, vereadora Paula, eu não preciso ser aplaudido pelos estudantes, eu trabalho, diferente do Eduardo Leite, que para ganhar a eleição tirava *selfie* com os professores e agora vira as costas, obrigado.

VEREADOR RENATO OLIVEIRA (PCdoB): Obrigado. Senhor presidente, só para dizer que então o PCdoB tem lado, é o lado dos professores, o lado da grande maioria do nosso estado. Muito obrigado.

PRESIDENTE FLAVIO CASSINA (PTB): Uma declaração de líder solicitada pela bancada do PR, vereador Renato Nunes.

VEREADOR RENATO NUNES (PR): Primeiramente, bom dia senhor presidente, senhoras e senhores vereadores, nobres colegas, em especial a todos que se fazem presentes aqui no plenário dessa Casa, as professoras, os professores, os alunos, pais, todos são bem-vindos aqui. Eu gostaria de dizer que todos somos solidários a essa causa, e aqui recentemente nesta Casa nós aprovamos aqui por unanimidade, se não me falha a memória, uma moção de contrariedades a esse pacote apresentado pelo atual governador Eduardo Leite. E eu vou repetir palavras da época de campanha, *parole, parole, parole*. Eu não votei no Eduardo Leite. Eu acredito que a maioria aqui saiba disso, já me manifestei diversas vezes, mas, depois de ele eleito, sendo o governador eleito pela maioria do povo gaúcho, a gente tem que respeitar e torcer para que dê certo. Foi o que eu fiz. Inclusive torcer para que desse certo e eu fosse convencido de que eu

²⁵ Leandro Ribas (registro e conferência)



estava errado em não ter apoiado o atual governador, mas eu fui convencido realmente, estou convencido de que eu estava e estou certo, porque eu sabia que era conversa mole. Eu sabia que era como eu digo sempre aqui nessa tribuna: blabláblá, *parole, parole, parole*. E a vereadora que representa aqui o governador do estado, vereadora Paula Ioris. Não é fácil, não é, vereadora, ser governo? Não é fácil. A senhora, quando veio a essa tribuna, eu imaginei que a senhora ia fazer uma defesa ferrenha e que a senhora iria dar uma boa explicação, mas a senhora, quando veio aqui na tribuna, *parole, parole, parole*. Então eu quero dizer que a principal proposta do então candidato Eduardo Leite era, ele falava em alto e bom som: “Não vou parcelar salário, vamos acabar com essa questão do parcelamento dos salários”. Foi a principal proposta dele, e tanto é verdade que a grande maioria dos professores, dos servidores públicos votou nele. Votaram nele.²⁶ E agora o que ele faz uma vez eleito? Uma vez sentado como ele dizia para o ex-governador tira a bunda da cadeira, agora ele está lá com a dele na cadeira e está fazendo exatamente aquilo que ele dizia que não ia fazer. Por isso que eu falo para a senhora, vereadora Paula Ioris, com todo respeito a V. Exa., falo para o seu governador e falo para a senhora também, o que a senhora fez aqui nessa tribuna foi o que o Eduardo Leite fez na campanha: *parole, parole, parole*. (Palmas) Eu quero dizer que temos sim que cobrar dos deputados. Agora pior do que o PSDB que é do governador, eu tenho que falar isso aí, pior que o PSDB que tem o seu governador que falou uma coisa e está fazendo outra é hoje, me desculpe aqui os nobres vereadores do MDB, que teve o candidato adversário direto do Eduardo Leite hoje está lá, junto. Todos juntos e misturados. Estão lá por quê? Estão por causa de cargos, de secretarias, de cargos para acomodar os seus... As pessoas que fazem parte do seu partido? Estão convivendo com isso e estão bem quietinhos e ainda falam do governador. Mas era adversário direto deles e hoje fazem parte. Então isso que é pior, minha gente! Isso não tem explicação! É a mesma coisa, por exemplo, no passado, eu fui contrário à candidatura do Néspolo, apoiei o Guerra, aí vamos supor que o Néspolo tivesse ganhado, eu estaria lá hoje junto com ele. Não, não pode! Não pode, por que o MDB não sai desse governo então? Não entrega os cargos, não entrega as secretarias? Sai do cargo, sai desse governo. Aí eles ficam de *parole, parole, parole, parole* também aqui poxa! Então é nobre a causa e é revoltante realmente os professores como disse muito bem aqui, esqueci o nome dele, o Anderson aqui dessa tribuna e os demais estudantes que aqui estão. É triste ver um professor desmotivado, porque um professor para a gente... Eu lembro, porque sempre estudei em escola pública também lá em Porto Alegre, a gente ver um professor desmotivado, triste... Já ganha uma miséria, já ganha um salário de esmola e ainda ter esse salário de miséria parcelado é o fim do mundo. E disseram muito bem aqui nessa tribuna: por que não parcelam o salário dos políticos? Por que não parcelam o salário dos CCs. Aquele batalhão de CCs que tem lá, que na sua grande maioria ganham o dobro, o triplo de um professor. Então é revoltante, é revoltante! Então eu só gostaria de dizer essas palavras, dizer que os senhores são bem-vindos aqui, a causa é nobre, é justa. Eu acredito que professores são aqueles que deveriam ganhar mais, melhor, porque se existem hoje doutores, advogados, juízes, enfim, aquelas pessoas que fazem parte dos Três Poderes todas elas passaram pelos professores, se não tivesse passado pelos professores não estariam lá, não estariam lá. Então parabéns a todos que estão aqui presentes e saiba que este vereador também votou a favor dessa moção de contrariedade, esse pacote, estamos cobrando dos nossos deputados e vamos à luta que nós vamos conseguir reverter esse quadro. Muito obrigado. (Palmas)

PRESIDENTE FLAVIO CASSINA (PTB): Encerrado o Grande Expediente. Passamos à

²⁶ Edivania Ramos (registro e conferência)



ORDEM DO DIA

PRESIDENTE PAULA IORIS (PSDB): Presidente, eu gostaria de pedir inversão de pauta²⁷

30

381ªOrd0031Jaque C.

PRESIDENTE FLAVIO CASSINA (PTB): Em discussão o Projeto de Resolução nº 1/2019.

VEREADORA PAULA IORIS (PSDB): Peço a palavra, presidente.

PRESIDENTE FLAVIO CASSINA (PTB): Vereadora Paula Ioris.

VEREADORA PAULA IORIS (PSDB): Bem, colegas. Na primeira discussão, eu já havia trazido, então, que esse projeto é uma sugestão de uma jovem parlamentar, que participou do programa aqui, ainda no ano passado, e ele é uma contribuição desta vereadora, vereador Felipe, para o trabalho, o lindo trabalho que vens fazendo frente à Comissão do Idoso. A gente sabe que a nossa população está envelhecendo, que a expectativa de vida aumenta e é importante que a gente não tenha no idoso uma pessoa doente, uma pessoa... A nossa percepção do idoso não pode ser de alguém que não tem mais o protagonismo, que seja doente, que não tenha mais um papel ativo e saudável na sociedade. Porque, na verdade, com esse aumento da expectativa de vida, esse idoso continua um ser produtivo. A ideia do projeto, então, é que a Câmara de Vereadores, conduzido pela Comissão do Idoso, anualmente organizaria eventos, um encontro, onde tivesse a participação das diversas instituições, o Conselho Municipal do Idoso, a Fundação de Assistência Social, grupos de convivência, serviços assistenciais ao idoso, entre outros. Para que o idoso de Caxias do Sul fosse chamado para esse momento, para esse encontro e saber de todo esse trabalho que existe. Então ele saberia... Porque certamente tem idosos que não sabem que existe o grupo de convivência, não tem clareza dos seus direitos, não tem clareza de que ele pode ter uma melhor qualidade de vida. Então eu achei uma ideia muito bacana dessa jovem parlamentar e encaminhei esse projeto. Imagino que, sem dúvida nenhuma, a gente tem que ter cada vez mais políticas públicas para os idosos. A gente vê que hoje as famílias estão cada vez mais reduzidas, aquelas famílias que eram numerosas antigamente, que cuidavam dos seus idosos, cada vez isso acontece menos, e a gente vê mais idosos direcionados para as casas de cuidado, como foi apresentado hoje de manhã. Muitas vezes em sofrimento. Então um olhar para os idosos é muito importante. Era isso então a proposta. Peço o apoio dos pares na votação desse projeto. Muito obrigada, presidente.

PRESIDENTE FLAVIO CASSINA (PTB): Encerrada a discussão. Em votação o Projeto de Resolução nº 1/2019. Solicito aos vereadores que registrem seu voto. (Pausa)

VEREADOR ARLINDO BANDEIRA (PP): Senhor presidente, voto favorável.

PRESIDENTE FLAVIO CASSINA (PTB): Vereador Bandeira vota favorável. Vereador Elisandro igualmente. Encerrado o registro dos votos. Encerrada a votação. O Projeto de Resolução nº 1/2019 foi aprovado por unanimidade. Passo a condução dos trabalhos à vereadora Paula Ioris.

PRESIDENTE PAULA IORIS (PSDB): *Em discussão única e votação o Parecer pela Inconstitucionalidade do Projeto de Lei nº 1/2018, contido no processo nº 1/2018, de autoria do vereador Adiló Didomenico, que dispõe sobre a remoção dos telefones públicos inativos no município de Caxias do Sul.* Relator, vereador Paulo Fernando Périco. Com a palavra o relator.

²⁷ Vera Rassier (registro e conferência)



VEREADOR PAULO PÉRICO (MDB):

Referente ao PROCESSO Nº 1/2018 - PROJETO DE LEI nº 1/2018

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E LEGISLAÇÃO

PARECER nº 44/2019

PELA INCONSTITUCIONALIDADE do Projeto de Lei nº 1/2018, contido no Processo nº 1/2018.²⁸

Trata-se de Projeto de Lei, de iniciativa do Vereador Adiló Didomenico, que dispõe sobre a remoção dos telefones públicos inativos no Município de Caxias do Sul.

O artigo inicial da proposição, assim normatiza:

“Art. 1º Autoriza o Poder Executivo a notificar e multar a empresa responsável pela manutenção dos telefones públicos (orelhões), bem como remover os aparelhos inativos e com defeitos mediante comunicação.”

Os serviços de telecomunicações, segundo disposto no art. 21, inciso XI, da Constituição Federal, são de competência da União, e deverão ser regulados a partir de órgão criado para tal fim. Vejamos:

“Art. 21. Compete à União:

...

XI – explorar, diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão, os serviços de telecomunicações, nos termos da lei, que disporá sobre a organização dos serviços, a criação de um órgão regulador e outros aspectos institucionais;

Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre:

...

IV – águas, energia, informática, telecomunicações e radiodifusão;”

Cabe destacar que o telefone público, disponível nos municípios, é ferramenta no processo de expansão da telefonia fixa e de acesso à informação, decorrente da concessão dos serviços, regulados pela Agência Nacional de Telefonia (ANATEL), e executados pelas empresas privadas concessionárias de serviços de telefonia.

O Regulamento da ANATEL acerca dos direitos relativos a telefones públicos, estabelece:

“as solicitações de reparo de telefone público poderão ser feitas diretamente à concessionária de telefonia. A Anatel exige que 98% delas sejam atendidas em até 8 horas e, em qualquer hipótese, esse prazo nunca poderá ultrapassar 24 horas; no caso de aparelhos localizados em regiões remotas ou de fronteira, a exigência é de que as solicitações sejam atendidas em até 5 dias em 92% dos casos, nunca podendo exceder 10 dias;”

E, como não se insere no âmbito de competência do Município dispor sobre essa matéria, deparamo-nos com a existência do grave vício de inconstitucionalidade, por invasão de competência de um ente federado - Município - no campo de outro - União.

Portanto, descabe determinar que o Poder Executivo Municipal notifique a empresa responsável pela telefonia, muito menos impor-lhe sanção pecuniária, conforme estabelece a norma. Tal procedimento determina obrigações ao Poder Executivo em detrimento do disposto no art. 60, inciso II da Constituição do Estado do Rio Grande do Sul e do artigo 2º da Constituição Federal.

Assim, sem adentrarmos nos aspectos de mérito da proposição, esta Comissão, com fundamento na Constituição Federal, opina pela **inconstitucionalidade** da matéria, eis que o Projeto se sobrepõe à legislação federal.

Caxias do Sul, 21 de Fevereiro de 2019; 144º da Colonização e 129º da Emancipação Política.

ADILÓ DIDOMENICO Presidente - CCJL - PTB

ALCEU JOÃO THOMÉ Vereador - PTB

FELIPE GREMELMAIER Vereador - MDB

PAULA IORIS Vereadora - PSDB

PAULO FERNANDO PERICO Vereador - MDB

(Legix)

Era isso, senhora presidente. Obrigada.

PRESIDENTE PAULA IORIS (PSDB): Em discussão.

VEREADOR ADILÓ DIDOMENICO (PTB): Peça a palavra.

PRESIDENTE PAULA IORIS (PSDB): Com a palavra o vereador Adiló Didomenico.

VEREADOR ADILÓ DIDOMENICO (PTB): Senhora presidente, senhoras e senhores vereadores. Realmente a questão da Anatel tudo está certo. Parecer do Igam, a DPM também, estão corretos e nós não somos contra. O que ocorre, o que nós estamos propondo aqui é uma questão que cabe sim ao Município quando o aparelho não funciona há um ano, dois anos, três anos. Ele se torna um obstáculo, ele está aí para estorvar. E o município tem competência para legislar sobre isso, sinalização com piso tátil, remoção

²⁸ Jaqueline Carneiro (registro e conferência)



daqueles que estão estorvando e causando acidente grave aos deficientes visuais. Como nós já mostramos aqui na Avenida Fênix tem dois que simplesmente a pessoa de visão²⁹ normal não consegue passar, tem que desviar, sair do passeio porque estão os dois ao lado de um poste da RGE, um virado para cada lado, e não tem como passar. Então o que diz o nosso projeto? O nosso projeto diz o seguinte:

Art. 1º Autoriza o Poder Executivo a notificar e multar a empresa responsável pela manutenção dos telefones públicos (orelhões), bem como remover os aparelhos inativos e com defeitos mediante comunicação.

Art. 2º A empresa responsável pela telefonia pública/orelhões será notificada pela Administração municipal para efetuar as seguintes adequações no prazo de 30 (trinta) dias:

A Anatel dá o prazo de oitos horas ou cinco dias e casos extremos dez dias. Nós estamos dando 30 dias.
a) reparos e concertos nos orelhões. Poxa, é um direito do cidadão. O Poder Executivo vai fazer aquilo que o cidadão comum às vezes não tem o canal para se comunicar com a responsável. *b) remoção do aparelho quando estiver inativo.* Quando o aparelho está inativo ele não é mais competência da Anatel, ele já foi depredado, não tem mais nada. É um trambolho, é um coberto para bater a cabeça do deficiente visual. É um estorvo no passeio público.

Parágrafo único. Após o prazo, o Município fica autorizado a efetuar as remoções dos aparelhos.

Art. 3º Os aparelhos públicos (orelhões) que estiverem no passeio público, praças e parques deverão ser sinalizados com piso tátil conforme norma de acessibilidade.

[...]

(Legix)

Nós não podemos tirar, não querem tirar então sinaliza, é o mínimo em respeito ao deficiente visual e a qualquer cidadão: *Art. 4ª O não cumprimento desta lei acarretará em multa de 400 (quatrocentas) VRMs.* *Art. 4ª Esta Lei entra em vigor após sua publicação.* Então eu acho que está na hora de o Município começar a fazer e respeitar os seus cidadãos. Nós tínhamos, até 2009, 65 mil orelhões no Rio Grande do Sul, hoje são em torno de 10 mil. Em Porto Alegre – nós não temos os dados de Caxias, não foram divulgados – tinha 5.800 orelhões, hoje tem 1.100 e talvez não tenha 10% funcionando. Caxias eu desafio que tenha mais do que 10% dos orelhões funcionando. Então eles são um trambolho. Nós não estamos legislando sobre telefonia, nós estamos legislando sobre estorvo, ameaça de acidente para os deficientes visuais.

VEREADOR ALBERTO MENEGUZZI (PSB): Um aparte, vereador.

VEREADOR ADILÓ DIDOMENICO (PTB): De imediato, vereador Alberto.

VEREADOR ALBERTO MENEGUZZI (PSB): Vereador Adiló, quero parabenizar o senhor por essa proposta importante. Tenho alguns dados que desde dezembro do ano passado nós temos 600 mil orelhões a menos no Brasil. Inclusive a Anatel já liberou as concessionárias de telefonia da obrigação de investir em orelhões. Então isso é... Não vai mais ter orelhão, é uma coisa que é visível isso, eles não funcionam mais e nem no interior funcionam mais e está lá esse trambolho, como o senhor fala. Então quero parabenizar o senhor e a gente cobrar, de alguma forma, da Anatel que invista porque foi feito um acordo que em troca disso ela investiria em celular 4G a quase as comunidades que não tem nada. Então

²⁹ Vera Rassier (registro e conferência)



já foi feito esse acerto desde dezembro do ano passado e nós temos uma legião de orelhões que não funcionam e quero parabenizar o senhor pela proposta.

VEREADOR ADILÓ DIDOMENICO (PTB): Bem lembrado, vereador Meneguzzi, a gente espera o cumprimento da Anatel tão rigorosa e tão invocando a Constituição. Então vale aqui para esse exemplo que V. Exa. cita. Então eu peço aos nobres pares que a gente derrube esse parecer e que prossiga dando uma ferramenta ao Poder Executivo para que ele tenha força perante essas operadoras. É isso. Muito obrigado.

PRESIDENTE PAULA IORIS (PSDB): Encerrada a discussão. Em votação.

VEREADORA TATIANE FRIZZO (SOLIDARIEDADE): Para declarar o voto.

PRESIDENTE PAULA IORIS (PSDB): Vereadora Tati com a palavra.

VEREADORA TATIANE FRIZZO (SOLIDARIEDADE): Vereador Adiló, parabenizar a sua proposição porque efetivamente o nosso gabinete também recebeu situações em que o orelhão estava no passeio público, pessoas com baixa visão, pessoas cegas com dificuldade de se locomover e acaba sendo, realmente, um empecilho. Então parabenizar. Votarei favorável, dizer que realmente precisamos retirar, a maioria deles não funciona e se tornou algo realmente obsoleto, hoje em dia ninguém mais se utiliza de orelhão. Então no momento oportuno votarei favorável. Parabéns pela proposição.³⁰

PRESIDENTE PAULA IORIS (PSDB): Solicito aos vereadores que registrem seu voto. (Pausa)
Encerrado o registro dos votos.

VEREADOR ARLINDO BANDEIRA (PP): Presidente.

PRESIDENTE PAULA IORIS (PSDB): Vereador Arlindo.

VEREADOR ARLINDO BANDEIRA (PP): Voto não.

PRESIDENTE PAULA IORIS (PSDB): Vota não. Vereador Fiuza? Não está. Vereador Gustavo?
Encerrada a votação. O parecer pela inconstitucionalidade foi rejeitado por maioria, com voto contrário dos vereadores...

VEREADOR KIKO GIRARDI (PSD): Voto contrário.

PRESIDENTE PAULA IORIS (PSDB): Agora foi, Kiko. Com voto contrário dos vereadores: Alberto Meneguzzi, Adiló Didomenico, Alceu Thomé, Arlindo Bandeira, Denise Pessôa, Edi Carlos, Edson da Rosa, Elói Frizzo, Felipe Gremelmaier, Gladis Frizzo, Rafael Bueno, Renato Nunes, Renato Oliveira, Ricardo Daneluz, Tatiane Frizzo e Velocino Uez. Com ausência do vereador Elisandro Fiuza e Gustavo Toigo. Vereador Flavio Cassina em representação.

VEREADOR EDSON DA ROSA (MDB): Questão de Ordem, senhora presidente.

PRESIDENTE PAULA IORIS (PSDB): Pois não, vereador.

VEREADOR EDSON DA ROSA (MDB): Solicito inversão de pauta do Projeto de Lei nº 97/2018, contido no processo nº 125/2018.

PRESIDENTE PAULA IORIS (PSDB): Por favor, justifique o pedido de inversão.

VEREADOR EDSON DA ROSA (MDB): Senhora presidente, o pessoal do Inav está aqui desde as 8h30 da manhã para aprovação desse projeto. Para tanto, então, eu peço para que nós possamos agilizar então essa discussão e votação.

PRESIDENTE PAULA IORIS (PSDB): Em votação. Solicito aos vereadores que registrem seu voto. (Pausa) Encerrado o registro dos votos. Vereador Fiuza vota “sim”. Vereador Beltão não está. Encerrada

³⁰ Leandro Ribas (registro e conferência)



a votação. A inversão de pauta do Projeto de Lei nº 97/2018 foi aprovada por unanimidade, com ausência do vereador Rodrigo Beltrão. Vereador Flavio Cassina em representação. *Em segunda discussão e votação o Projeto de Lei nº 97/2018, contido no processo nº 125/2018, de autoria do vereador Neri Andrade Pereira Júnior, que institui o uso da bengala verde como meio adequado para identificar pessoas acometidas de baixa visão, e como instrumento de orientação e mobilidade, na Cidade de Caxias do Sul e dá outras providências. Contém Substitutivo SB-1/2018.* Relator *ad hoc*, vereador Rodrigo Beltrão. Com a palavra o relator *ad hoc* Rodrigo Beltrão.

VEREADOR RODRIGO BELTRÃO (PT): Senhora presidente, eu peço dispensa da leitura por já ter sido feita na ocasião da primeira discussão.

PRESIDENTE PAULA IORIS (PSDB): Ok. Em discussão o Substitutivo 1/2018.

VEREADORA TATIANE FRIZZO (SOLIDARIEDADE): Peço a palavra.

PRESIDENTE PAULA IORIS (PSDB): Com a palavra a vereadora Tatiane.

VEREADORA TATIANE FRIZZO (SOLIDARIEDADE): Nobres pares, colegas vereadores aos nos acompanham da Inav. Sejam sempre muito bem-vindos a esta Casa. Andreson, bem-vindo. Bom, falar da importância desse projeto que o vereador, à época vereador Neri, o Carteiro, protocolou, que institui o uso da bengala verde. Por que a cor verde? Bom, é preciso destacar que existem diferenças entre as pessoas que perderam totalmente a visão³¹ e as pessoas que têm baixa visão que são as consideradas de 30% ou menos de baixa visão. Então a bengala verde é uma cor que representa a esperança. A possibilidade de talvez voltar a enxergar. Esse projeto lá na Argentina ela vigora desde 1996 e em São Paulo em 2014 ele foi trazido pelo grupo Retina de São Paulo, no dia nacional dos cegos para realmente esclarecer a população e trazer este debate à tona. Muitas vezes as pessoas não compreendem a diferença entre uma pessoa que tem baixa visão e uma pessoa que perdeu totalmente a visão. Então a lei é uma forma de identificar, mas também de fazer com que a sociedade como um todo debata essas questões que estão acontecendo. São em torno de seis milhões de pessoas que vivem entre o ver e o não. Então peço o apoio dos nobres pares e colegas vereadores para que este projeto seja aprovado. Era isso, muito obrigada.

PRESIDENTE PAULA IORIS (PSDB): Encerrada a discussão. Em votação o Substitutivo nº 1/2018.

VEREADOR ELISANDRO FIUZA (REPUBLICANOS): Para declarar o voto.

PRESIDENTE PAULA IORIS (PSDB): Para declarar o voto, vereador Elisandro Fiuza.

VEREADOR ELISANDRO FIUZA (REPUBLICANOS): Obrigado, senhora presidente, senhoras e senhores vereadores. Mais uma vez agradecer a gentileza de todos que se fazem presentes aqui neste plenário e dizer da importância desse projeto de acessibilidade para com estas pessoas com essa deficiência. Isso demonstra o quanto é importante a nossa população e nós, vereadores e vereadoras, disseminar e incentivar projetos como esse para fazer com que essas pessoas possam ter da melhor maneira possível seus direitos alcançados. Então estaremos votando favorável a esse projeto e parabenizar também através da bancada do Republicanos o nosso sempre amigo vereador Tibiriçá Maineri. Muito obrigado.

PRESIDENTE PAULA IORIS (PSDB): Ok, vereador. Próximo vereador para declarar seu voto, vereador Rafael Bueno.

VEREADOR RAFAEL BUENO (PDT): Vereadora Paula, presidente, eu quero dizer que votarei favorável a este projeto de lei. Saudar toda a família do Inav, a Glenda, profe, demais professores e

³¹ Jaqueline Carneiro (registro e conferência)



servidores, a família que acolhe todos as pessoas que têm algum tipo de dificuldade de visão. Eu também tenho uma grande dificuldade. Sem óculos eu enxergo pouco, então eu também tenho deficiência visual. O vereador Velocino Uez que perdeu parte da visão também, então todos nós que sentimos e temos essa dificuldade de enxergar sabemos a dificuldade que é no dia a dia. Imagina aquelas pessoas que não enxergam nada. E aí aumenta muito mais a dificuldade de locomoção, de se deslocar no dia a dia. A Câmara de Vereadores é exemplo disso. Nós temos grande parte do nosso prédio totalmente acessível, nos gabinetes, nos corredores, as calçadas, mas através desse projeto de lei é uma conscientização. É um por cento do que os cegos, as pessoas deficientes visuais ou baixa visão, enfim, precisam no seu dia a dia. O que mais precisa, colegas vereadores, é que a prefeitura conserte as calçadas, as ruas da nossa cidade, o passeio público, que está um caos na nossa cidade. E quem precisa realmente não somente a usar bengala, mas outros tipos de deficientes cadeirantes, as mulheres gestantes, idosos, mas que precisam também de bengalas, os nossos idosos, sabem da dificuldade no dia a dia, as calçadas, que hoje estão com paralelepípedos empilhados nas nossas calçadas há mais de um ano, porque o município não faz o reparo básico. Então esse projeto é importante, mas é preciso que o município faça o seu papel, o seu dever que é no mínimo concertar as calçadas começando aqui pelo Parque dos Macaquinhos que está um caos ou na frente da prefeitura. Obrigado.

PRESIDENTE PAULA IORIS (PSDB): Vereador Edson da Rosa para declarar o voto.

VEREADOR EDSON DA ROSA (PMDB): Senhora presidente, fazer uma saudação ao pessoal do Inavi que está aí, o Anderson Robert, desde às 8h30 nos prestigiando, que é o diretor do Inav, a Fernanda Ribeiro Toniazzi que é da coordenação, a Glenda Liz, que é professora de orientação e mobilidade, a Sônia Capeletti de Barros, que é psicóloga, a Marília Brandão,³² que é terapeuta ocupacional, e a Cristiane Zeperino, que é assistente social. O relator desse projeto, 97, era o vereador, à época, Tibiriçá, de autoria do vereador Neri, mas o relator era o vereador Tibiriçá, que a Câmara aprendeu muito com o Tibiriçá quando da sua presença aqui com relação a pessoa surda. Às vezes nós fazemos muitos discursos, mas até a gente, daqui a pouco, acho que o vereador Rafael acabou de falar, que a deficiência... Comentava com o vereador Alberto, a maioria dos vereadores aqui já usam óculos. Eu de perto praticamente não enxergo mais nada, as letras ficam embaraçadas e é muito complicado. Então nesse sentido esse projeto ele tem uma responsabilidade cada vez mais de esclarecimento para toda a população. Tanto que o pessoal do Instituto de Audiovisão, INAV, estão aqui justamente para prestigiar. Parabenizar o autor, vereador Neri, na época nós concomitante entramos quase com o mesmo projeto. Por saber da importância é um projeto simples, mas ele tem uma grande valia para as pessoas que têm essa deficiência. Então queria parabenizar o autor parabenizar o INAV por estar aqui e tantas outras ações nesse sentido de conscientização são de fundamental importância e na hora oportuna, senhora presidente, votarei favorável ao projeto.

PRESIDENTE PAULA IORIS (PSDB): Solicito aos vereadores que registrem o seu voto. (Pausa) Encerrado o registro dos votos. Vereador Edi não está. Encerrado a votação. O Substitutivo nº 1/2018 foi aprovado por unanimidade, com ausência do vereador Edi Carlos. Em representação o vereador Flavio Cassina. Aprovado o substitutivo prejudica a apreciação do projeto de lei, mas está tudo de acordo, está votado. *Em discussão única e votação o Parecer pela Inconstitucionalidade do Projeto de Lei nº 58/2019, contido no processo nº 73/2019, de autoria da vereadora Gladis Franceschetto Frizzo, que institui no Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto (SAMAE), a contribuição espontânea e opcional, a ser*

³² Vera Rassier (registro e conferência)



destinada à Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Caxias do Sul, e dá outras providências.
Relator *ad hoc* o vereador Adiló Didomenico. Com a palavra o relator.

VEREADOR ADILÓ DIDOMENICO (PTB):

Referente ao PROCESSO Nº 73/2019 - PROJETO DE LEI nº 58/2019

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E LEGISLAÇÃO

PARECER nº PAR - 368/2019

PELA INCONSTITUCIONALIDADE do Projeto de Lei nº 58/2019, contido no Processo nº 73/2019. CONTÉM SUBSTITUTIVO.

Recebe esta comissão, para análise e parecer, Projeto de Lei supracitado, de autoria da Nobre Vereadora Gládis Franceschetto Frizzo, que Institui no Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto (SAMAE), a contribuição espontânea e opcional, a ser destinada à Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Caxias do Sul, e dá outras providências.

A autora em seu texto expositivo, menciona que o presente é facilitar tal contribuição para que o mensalista não se preocupe de que forma chegará a sua colaboração à APAE, na certeza de que enquanto estiver pagando sua conta de consumo de água ao SAMAE, no ato, já contribuirá com a Associação, somente coma sua anuência anteriormente registrada.³³

Foi apresentado Substitutivo 1/2019, pela autora, a fim de adequar o feito tecnicamente.

Esta Comissão, respeitando o artigo 173, X do Regimento Interno desta Casa Legislativa solicitou diligências do feito ao IGAM e à DPM, para se manifestassem quanto a constitucionalidade e viabilidade da matéria em tela.

O IGAM, manifestou-se pela inviabilidade jurídica do Projeto, conforme Orientação Técnica IGAM nº 26.321/2019, "... uma vez que encontra-se contaminado pelo vício de iniciativa, já que o assunto configura matéria reservada ao Chefe do Poder Executivo."

No mesmo sentido, à DPM, se manifestou pela inviabilidade do projeto, conforme Informação nº 1.423/2019, "no sentido de que a Comissão deve registra em seu parecer que o Projeto de Lei nº 58/2019 e o seu Substitutivo são formalmente inconstitucionais."

Em atendimento ao artigo 173, XI do Regimento Interno desta Casa Legislativa, foi baixado ao autor o presente Projeto de Lei, para que o mesmo tomasse ciência dos pareceres acostados, a autora tomou ciência, devolvendo o feito pra que fosse dado seu trâmite legal, junto a Casa.

Feita a exposição da matéria em exame, passamos às conclusões:

Cabe deixar consignado que está Comissão de Constituição, Justiça e Legislação, a prerrogativa de opinar quanto aos aspectos constitucionais, jurídicos, legais e regimentais da proposição, através de parecer após análise da competência em *ratione materiae*, prerrogativa está prevista no Regimento Interno, disciplinadas nos art. 46, II, alíneas "b" e "e", e o art. 189.

Inicialmente temos que deixar consignado, que a proposição interfere na organização e funcionamento de órgão da administração municipal, agredindo o princípio da repartição das competências legislativas atribuídas aos entes federados, afrontando o princípio da independência e harmonia entre os Poderes, conforme Carta da República em seu art. 2º, em simetria com o art. 10 da Carta Estadual e o art. 3º da Lei Orgânica Municipal, afronta diretamente ainda os arts. 10, 60, II, "d" da Constituição do Estado.

Em regra, assuntos da natureza proposta são de iniciativa privativa do Prefeito, em razão de versar sobre matéria atrelada à organização e funcionamento da administração nos termos do § 1º do art. 61 da Constituição Federal, a ser reprisado obrigatoriamente, por simetria, nas Leis Orgânicas Municipais.

Sobre essa mesma égide, o Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul e a Egrégia Corte, julgaram inconstitucional lei apresentada pelo Legislativo que fere tais dispositivos legais mencionados e em casos análogos.

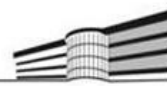
"AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. MUNICÍPIO DE BAGÉ. LEI MUNICIPAL LEI Nº 5.553, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2015. PROJETO DE LEI ORIGINÁRIO DA CÂMARA DE VEREADORES DISPONDO SOBRE A REGULAMENTAÇÃO DOS SERVIÇOS PRESTADOS PELO DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTOS DE BAGÉ - DAEB. AUTARQUIA MUNICIPAL. MATÉRIA ADMINISTRATIVA DE INICIATIVA PRIVATIVA DO CHEFE DO PODER EXECUTIVO. VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DA SEPARAÇÃO DE PODERES. CONFIGURADOS VÍCIO FORMAL E MATERIAL. - Constatados vícios formal e material na norma objeto da lide, tendo em vista que trata da organização, serviços, forma de cobrança, isenções e descontos, além de obrigações contratuais, dentre outros aspectos, de autarquia municipal, esta que pertence à administração pública indireta municipal. Ofensa ao princípio da separação de poderes e aos artigos 8º, 60, inciso II, alínea d, e 82, incisos³⁴ III e VII, todos da Constituição Estadual. - Ação direta de inconstitucionalidade provida para retirar do Ordenamento Jurídico a Lei Municipal nº 5.553/15, do Município de Bagé. AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE PROCEDENTE. UNÂNIME.(Ação Direta de Inconstitucionalidade, Nº 70067793042, Tribunal Pleno, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Gelson Rolim Stocker, Julgado em: 17-10-2016)."

A Nobre Edil ao propor projeto de lei com a presente finalidade, esta interferindo com a autonomia administrativa e funcionamento do Poder Executivo, prerrogativa esta que não é de sua alçada, não sendo de iniciativa concorrente.

De fato, o poder legiferante do Vereador é limitado às normas constitucionais Federal e Estadual, além da própria Lei Orgânica Municipal e de Legislação Específica, *dura lex, sed lex*.

³³ Leandro Ribas (registro e conferência)

³⁴ Jaqueline Carneiro (registro e conferência)



O mérito da matéria é inegável!! Entretanto, respeitando esta Comissão de Constituição, Justiça e Legislação o objetivo para o qual foi criada, com o fito de priorizar o adequado posicionamento técnico e jurídico, e diante do exposto, inobstante seu mérito e a louvável intenção da autora em propor matéria de grande relevância para a comunidade Caxiense, esta Comissão, segue os posicionamentos dos Institutos consultivos, conforme parecer e informação que escoltam este processo e a jurisprudência já pacificada, opinando pela **INCONSTITUCIONALIDADE** do Projeto de Lei em tela e do Substitutivo nº 1/2019, **PELAS CONSIDERAÇÕES TÉCNICAS E JURÍDICAS DECLINADAS.**

Este é o Parecer, que submetemos a análise soberana deste Plenário
Salvo Melhor Juízo.

Caxias do Sul, 3 de Setembro de 2019; 144º da Colonização e 129º da Emancipação Política.

ADILÓ DIDOMENICO Presidente - CCJL - PTB
ALCEU JOÃO THOMÉ Vereador - PTB
FELIPE GREMELMAIER Vereador - MDB
PAULA IORIS Vereadora - PSDB
PAULO FERNANDO PERICO Vereador - MDB

(Legix)

É esse o relato, senhora presidente.

VEREADOR ELÓI FRIZZO (PSB): Peço a palavra, senhora presidente.

VEREADOR ALBERTO MENEGUZZI (PSB): Questão de Ordem, senhora presidente.

PRESIDENTE PAULA IORIS (PSDB): Pois não, vereador.

VEREADOR ALBERTO MENEGUZZI (PSB): Invocando o artigo 104 para prorrogação da sessão até o final da Ordem do Dia, dado o adiantado da hora.

PRESIDENTE PAULA IORIS (PSDB): Ok. Em votação a prorrogação da sessão. Solicito aos vereadores que registrem seu voto. (Pausa) Encerrado o registro dos votos.

VEREADOR RENATO NUNES (PR): Com certeza, senhora presidente.

PRESIDENTE PAULA IORIS (PSDB): Opa.

VEREADOR RENATO NUNES (PR): Renato Nunes.

PRESIDENTE PAULA IORIS (PSDB): Favorável?

VEREADOR RENATO NUNES (PR): Contrário.

PRESIDENTE PAULA IORIS (PSDB): Contrário. Gustavo Toigo?

VEREADOR RENATO NUNES (PR): Desculpa. Desculpa, senhora presidente. Me enganei.

PRESIDENTE PAULA IORIS (PSDB): Corrigindo o voto do vereador Renato Nunes. É favorável.

VEREADOR RENATO NUNES (PR): Favorável. Desculpa.

PRESIDENTE PAULA IORIS (PSDB): Arlindo Bandeira fora. Encerrada a votação. A prorrogação da sessão foi aprovada por unanimidade, com ausência dos vereadores Arlindo Bandeira, Edson da Rosa e Ricardo Daneluz. Vereador Flavio Cassina em representação.

VEREADOR ELÓI FRIZZO (PSB): Peço a palavra, senhora presidente.

VEREADORA GLADIS FRIZZO (MDB): Peço a palavra.

PRESIDENTE PAULA IORIS (PSDB): Em discussão. Com a palavra a vereadora Gladis Frizzo. Elói antes. Desculpa. Vereador Elói Frizzo. Primeiro os “damas”.

VEREADOR ELÓI FRIZZO (PSB): Obrigado, vereadora. A ordem dos tratores não altera o viaduto. Eu pedi a palavra, vereadora Gladis, mais para lhe explicar a minha posição. Em outros momentos, aqui nesta Casa, já foram apresentados projetos parecidos com esse, do ponto de vista de buscar usar a estrutura do Samae, do ponto de vista de um pleito justo: você recolher recursos para as entidades assistenciais. Lamentavelmente, isso não é possível, não é possível. Mesmo quando eu estive no Samae



várias entidades nos procuravam: “Bah, diretor,³⁵ ajuda aqui. Não é obrigatório, é só se a pessoa quiser. Tem que ter autorização e assim por diante”. E aí nós buscávamos estudos, inclusive em nível federal. Mas, em nível estadual, a Corsan também enfrentava o mesmo tipo de problema, outras autarquias municipais. Mas a orientação do Tribunal de Contas é totalmente contrária. Porque tu não tem como misturar recursos, não tem como misturar recursos, que é uma tarifa que é arrecadada e aí tu separa. E obrigatoriamente isso representa serviço, aí tu ficas com a obrigação de fazer o repasse para as entidades, de fazer prestação de contas para as entidades e assim por diante. Então a recomendação tanto do Tribunal de Contas... E também não encontra amparo na legislação federal do ponto de vista de efetuar esse tipo de desconto. A próprias CEEE também era procurada muito, a RGE e assim por diante. Então, nesse sentido me desculpe, vereadora. Sei do mérito do seu projeto e sei do trabalho fantástico que a Apae realiza, e das necessidades da Apae. Mas, legalmente, esse é um projeto que, a palavra não quer dizer ofensiva, vereadora Gladis, mas ele não vai prosperar. É um projeto que não tem como prosseguir em frente, porque ele é flagrantemente inconstitucional. Não tem só vício de origem. Nem o prefeito poderia apresentar esse projeto. Ele é flagrantemente inconstitucional na minha análise. Nem o prefeito poderia apresentar um projeto como esse.

VEREADOR ELISANDRO FIUZA (REPUBLICANOS): Peço um aparte, vereador.

VEREADOR ELÓI FRIZZO (PSB): Porque vai contra todas as normas do ponto de vista da gestão pública. Muito obrigado.

VEREADOR ELISANDRO FIUZA (REPUBLICANOS): Peço um aparte.

VEREADOR ELÓI FRIZZO (PSB): Por isso eu acompanho o parecer. Pois não, vereador.

VEREADOR ELISANDRO FIUZA (REPUBLICANOS): Obrigado, vereador Frizzo. Primeiramente agradecer a vereadora Gladis pela sua sensibilidade, de uma proposição, de uma grande ideia. Mas a minha dúvida também é por conta da responsabilidade fiscal. O estudo de impacto de receita teria que abrir mão desse recurso e também, de uma certa forma, isso não poderia acontecer. Então teria que ter um estudo de impacto de receita da arrecadação. E também, como o senhor mesmo mencionou, da dificuldade de ter esse aval do Tribunal de Contas para que esse repasse fosse feito. Muito obrigado.

VEREADOR ELÓI FRIZZO (PSB): É isso, senhora presidente.

PRESIDENTE PAULA IORIS (PSDB): Com a palavra a vereadora Gladis Frizzo.

VEREADORA GLADIS FRIZZO (MDB): Senhora presidente, nobres colegas. Bem, eu gostaria aqui de fazer a defesa, então, para implantação de um mecanismo muito simples e que facilita a vida de quem mais precisa. Eu falo da Apae aqui da cidade. Esse projeto prevê a contribuição espontânea e opcional nas contas de água do Samae e o repasse à entidade. Eu entendo, vereador Elói, a sua posição, da comissão. Porém, eu não concordo. Nós temos aqui as notícias. A RGE e a Unicef já fazem esse trabalho. Então, se é inconstitucional para um, é inconstitucional para outro. Bom, o vereador aqui falou na RGE, que não podia também. CEEE. Bom, nós temos aqui. Eu acho que, dentro desse contexto, o que nós queremos, e eu peço aos nobres colegas, é que quem rejeite esse projeto seja prefeito. Porque nós estamos aqui querendo. O meu objetivo é ampliar o trabalho de responsabilidade social. Se isso não chegar lá no Executivo, certamente nada acontecerá. Mas, se isso chegar, se os senhores permitirem que esse projeto passe, quem sabe o prefeito não vá ver com outros olhos e ele mesmo faça essa proposição. Então eu,

³⁵ Jaqueline Carneiro (registro e conferência)



diante desse projeto, eu peço que os senhores derrubem a inconstitucionalidade. Era isso, senhora presidente.

VEREADORA PAULA IORIS (PSDB): Ok, vereadora. Em discussão. (Não houve manifestação.) Encerrada a discussão.

VEREADOR ADILÓ DIDOMENICO (PTB): Para declarar o voto.

PRESIDENTE PAULA IORIS (PSDB): Para declarar o voto, vereador Adiló Didomenico.³⁶

VEREADOR ADILÓ DIDOMENICO (PTB): Senhora presidente, senhoras e senhores vereadores. Vereadora Gladis, sabe o apreço que eu tenho por V. Exa. e ainda mais pela Apae. Eu votaria favorável sempre para arrecadar recursos, mas não é possível. Isso aqui o vereador Elói matou a charada. Empresa pública, o Tribunal de Contas, nem o prefeito. Então nós vamos apenas criar uma indisposição. Porque eu lhe faço a pergunta. Amanhã vem outra proposição pedindo para o Inav, instituto que a recém saiu, que também tem seus méritos, Apadev e tantos outros. Então não é possível. Se fosse possível já teria sido feito em alguma época e tal. Eu me recordo que nós procuramos o Samae na época, inclusive para fazer campanha junto com a conta d'água. É toda uma burocracia, é difícil. De assuntos institucionais, da separação, da reciclagem, etc. Então, vereadora Gladis, eu lamento. Mas esse parecer de inconstitucionalidade eu sou obrigado a acatar, até porque é um assunto... A sua proposição tem todos os méritos do mundo. E se é uma instituição que hoje precisaria um olhar diferenciado do Poder Executivo, não o que está aí, é a Apae. Mas não adianta nós mandarmos essa bomba lá para o Executivo, que vai ficar constrangedor para nós em função da inviabilidade. E o vereador Elói colocou muito bem, o Tribunal de Contas vai nos dar um puxão de orelha, inclusive. É bem isso que vai acontecer se esse assunto chegar até o Tribunal de Contas. Então, por essas razões, vereadora Gladis, eu lamento não lhe ajudar. Mas voto acompanhando o relatório. Obrigado. (Esgotado o tempo regimental.)

PRESIDENTE PAULA IORIS (PSDB): Para declarar o voto mais alguém? Não? Em votação. Solicito aos vereadores que registrem seu voto. (Pausa) Encerrado o registro dos votos. Vereador Velocino?

VEREADOR KIKO GIRARDI (PSD): Favorável.

PRESIDENTE PAULA IORIS (PSDB): Vereador Velocino, como tu votas?

VEREADOR VELOCINO UEZ (PDT): Voto “não”, então.

PRESIDENTE PAULA IORIS (PSDB): Vota “não”. Vereador Kiko? Vereador Kiko, como vota? Vereadora Tati? Não estão. Encerrada a votação. O Parecer pela Inconstitucional do Projeto de Lei do Projeto de Lei nº 58/2019 foi aprovado por maioria, com votos contrários do vereador Elisandro Fiuza, Gladis Frizzo, Paulo Périco, Rafael Bueno, Renato Oliveira e Velocino Uez. Tivemos a ausência então dos vereadores Arlindo Bandeira, Ricardo Daneluz e Tatiane Frizzo. Em representação o vereador Flavio Cassina. *Em primeira discussão o Projeto de Lei nº 46/2019, contido no processo nº 61/2019, de autoria da vereadora Denise Pessôa, que estabelece o direito de as mães amamentarem seus filhos durante a realização de concursos públicos na administração pública direta e indireta do Município de Caxias do Sul. Contém Substitutivo SB-1/2019.* Relator, vereador Rodrigo Beltrão. Com a palavra o relator.

VEREADOR RODRIGO BELTRÃO (PT):

Referente ao PROCESSO Nº 61/2019 - PROJETO DE LEI nº 46/2019

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

³⁶ Jaqueline Carneiro (registro e conferência)



PARECER nº 293/2019

Parecer FAVORÁVEL ao Projeto de Lei nº 46/2019, contido no Processo nº 61/2019. Contém SUBSTITUTIVO.

A Comissão de Direitos Humanos e Cidadania, recebe, para análise e parecer, o presente Projeto de Lei nº 46/2019, contido no Processo nº 61/2019, de autoria da Vereadora Denise Pessoa, que "Estabelece o direito de as mães amamentarem seus filhos durante a realização de concursos públicos na administração pública direta e indireta do Município de Caxias do Sul". Contém Substitutivo.

O presente Projeto de Lei objetiva assegurar à mãe o direito de amamentar seus filhos de até 6 meses de idade, durante a realização de provas ou de etapas avaliatórias em concursos públicos da administração direta e indireta em nosso Município, mediante prévia solicitação à instituição organizadora.

O texto do referido Projeto destaca que a prova da idade será feita mediante declaração no ato de inscrição para³⁷ o concurso e apresentação da respectiva certidão de nascimento, tendo a mãe o direito de proceder à amamentação a cada intervalo de no mínimo 2 horas, por até 45 minutos para cada filho, sendo acompanhada pelo fiscal durante todo o período, havendo é claro, a compensação do tempo em igual período. O direito previsto neste Projeto de Lei deverá constar no edital do concurso público, estabelecendo o prazo para a mãe manifestar seu interesse.

O ato de amamentação se constitui como uma das atitudes mais nobres de uma mãe para com seu filho, pois além de garantir a nutrição necessária nos primeiros anos de vida do bebê, é uma forma de fortalecer os laços de atenção e afeto tão necessários nesse período. Instituições como a Organização Mundial de Saúde (OMS), a Organização das Nações Unidas (ONU), e UNICEF promovem constantemente campanhas de incentivo ao aleitamento materno, reconhecendo no leite materno o alimento ideal para os recém-nascidos.

Neste sentido, assegurar esse direito às mães é fundamental. Disputar um cargo público em concurso é um processo árduo. Para a mulher em período de lactação, pode ser mais difícil, se for obrigada a separar-se do filho pelas horas necessárias para fazer as provas. Garantir o direito de amamentação durante as provas, com a devida compensação do tempo empregado nessa atividade, é uma forma de garantir a isonomia entre os candidatos, o que é um dever do Poder Público.

Destaca-se ainda, que o projeto de lei recebeu parecer pela constitucionalidade, exarado pela Comissão de Constituição, Justiça e Legislação, desta Casa legislativa.

Face ao exposto, esta comissão se manifesta de forma FAVORÁVEL ao Projeto de Lei nº 46/2019, pois a iniciativa possui relevante interesse social, principalmente no que diz respeito a garantia da equidade de direitos entre todos os participantes na realização de concurso público em nosso Município.

Caxias do Sul, 31 de Julho de 2019; 144º da Colonização e 129º da Emancipação Política.

RODRIGO BELTRÃO Presidente - CDHC - PT
DENISE PESSÔA Vereadora - PT
RAFAEL BUENO Vereador - PDT
RENATO NUNES Vereador - PR
RENATO OLIVEIRA Vereador - PCdoB

(Legix)

PRESIDENTE PAULA IORIS (PSDB): Em primeira discussão. Encerrada a primeira discussão. *Em primeira discussão o Projeto de Lei nº 65/2019, contido no processo nº 84/2019, de Autoria Coletiva, que institui o "Dia Municipal do Vinho".* Relator, vereador Paulo Fernando Périco. Com a palavra o relator.

VEREADOR PAULO PÉRICO (MDB): Senhor presidente, senhoras e senhores vereadores.

Referente ao PROCESSO Nº 84/2019 - PROJETO DE LEI nº 65/2019

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO, CULTURA, ESPORTO, LAZER E TURISMO

PARECER nº PAR - 422/2019

FAVORÁVEL ao Projeto de Lei nº 65/2019, contido no Processo nº 84/2019.

O Projeto de Lei ementado, de autoria coletiva, visa instituir o Dia Municipal do Vinho, a ser comemorado, anualmente, no dia 5 de junho.

Argumentam os autores, que a instituição do Dia Municipal do Vinho poderá, a exemplo de outros países, estimular seu consumo, sua promoção e o turismo.

Sem dúvida, a instituição do Dia do Vinho estará integrada à perspectiva de crescimento do setor, vindo a servir como estímulo ao consumo e à promoção do desenvolvimento socioeconômico e turismo das regiões produtoras.

Cabe destacar que o setor vitivinícola congrega, em todo o Brasil, mais de dezesseis mil famílias de produtores rurais, principalmente instalados em pequenas propriedades, de organização familiar, e mais de seiscentas unidades vinificadoras, empregando duzentos mil trabalhadores de forma direta e indireta em toda a cadeia.

³⁷ Jaqueline Carneiro (registro e conferência)



O cultivo da uva e a fabricação do vinho colonial têm alta capacidade de agregação de valor à pequena propriedade rural, cuja produção pode refletir positivamente não só no processo de desenvolvimento de vários segmentos econômicos como o turismo rural, por exemplo, bem como do ponto de vista da valorização e preservação histórico-cultural dos povos europeus aportados na região.

Salienta-se, por fim, que as vantagens do incentivo à produção de uva e vinho vão desde o estímulo à policultura nos minifúndios, passando pela agregação de valor aos produtos familiares, geração de mais renda na propriedade rural, geração de emprego e renda no campo e na cidade, fixação do homem no campo, maior perspectiva de crescimento para o jovem, reduzindo o êxodo rural, maior dignidade e acesso à tecnologia e inovação, boas práticas ambientais, criação de arranjos produtivos locais, geração e riqueza local, e desenvolvimento do turismo rural.

Face ao exposto, esta Comissão, por seus integrantes, recomenda ao Plenário a aprovação do presente Projeto de Lei.

Caxias do Sul, 26 de Setembro de 2019; 144º da Colonização e 129º da Emancipação Política.

EDSON DA ROSA Presidente - CECTICDLT - MDB
ALBERTO MENEGUZZI Vereador - PSB
CLAIR DE LIMA GIRARDI Vereador - PSD
PAULO FERNANDO PERICO Vereador - MDB
RAFAEL BUENO Vereador - PDT

(Legix)

É isso, senhora presidente.

PRESIDENTE PAULA IORIS (PSDB): Em primeira discussão. (Não houve manifestação.) Encerrada a primeira discussão.³⁸ Consulto os vereadores se podemos colocar em bloco a apreciação dos pareceres de redação final. Ok.

- Em apreciação o Parecer de Redação Final do Projeto de Lei nº 69/2019, contido no processo nº 91/2019, de autoria do vereador Elói Frizzo, que inclui a Festa do Divino Espírito Santo realizada no distrito de Criúva no Calendário Oficial de Eventos de Caxias do Sul. Relator, vereador Adiló Didomenico.

- Em apreciação o Parecer de Redação Final do Projeto de Lei nº 85/2019, contido no processo nº 109/2019, de autoria do vereador Alceu João Thomé, que denomina via pública municipal do Distrito de Fazenda Souza com o nome de Rua Adelar Mazzocchi. Relator, vereador Adiló Didomenico.

Em votação. Solicito aos vereadores que registrem seu voto. (Pausa) Encerrado o registro dos votos. Encerrada a votação. A votação dos pareceres finais, votada em bloco, foi aprovada por unanimidade, com ausência dos vereadores Arlindo Bandeira, Denise Pessôa, Edi Carlos, Elisandro Fiuza, Gustavo Toigo, Renato Nunes, Ricardo Daneluz e Rodrigo Beltrão. Em representação o vereador Flavio Cassina. Com três horas e 18 minutos, encerro a Ordem do Dia. Agradecendo a proteção de Deus, declaro encerrados os trabalhos da presente sessão.³⁹

(As manifestações constantes nestes Anais não foram revisadas pelos respectivos autores.)

³⁸ Jaqueline Carneiro (registro e conferência)

³⁹ Jaqueline Carneiro (registro e conferência)